



Instituto de Desenvolvimento
Sustentável Mamirauá

Relatório Anual
do
Contrato de Gestão celebrado entre o
MCTI e o IDSM-OS

Exercício de 2015

Parte I

Tefé (AM)

Dezembro de 2015

Relatório de Gestão

Contrato de Gestão MCTI – IDSM/OS

2015



Tefé, AM.

Dezembro, 2015



INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ –IDSM/OS

Presidente da República

Dilma Vana Rousseff

Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação

Celso Pansera

Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Emília Maria Silva Ribeiro Curi

Subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa

Sônia da Costa (interina)

Coordenador Geral das Organizações Sociais

Fabio Vaz

Diretor Geral do IDSM

Helder Lima de Queiroz

Diretor Técnico Científico

João Valsecchi do Amaral

Diretora de Manejo e Desenvolvimento

Isabel Soares de Sousa

Diretora Administrativa

Selma Santos de Freitas

Coordenadores:

Maria Cecília Rosinski L. Gomes	Coordenadora de Pesquisa
Emiliano Esterci Ramalho	Coordenador de Monitoramento
Francisco Modesto Freitas Junior	Coordenador de Informática
Dávila Suelen Souza Corrêa	Coordenadora de Qualidade de Vida
Marluce Ribeiro de Mendonça	Coordenadora de Gestão Comunitária
Ana Cláudia Torres Gonçalves	Coordenadora de Manejo de Pesca
Elenice Assis do Nascimento	Coordenadora de Manejo Florestal Comunitário
Fernanda Viana	Coordenadora de Agroecossistemas
Fernanda Sá Vieira	Coordenadora de Turismo de Base Comunitária
Rômulo Augusto Araújo de Vilar	Coordenador de Infraestrutura e Logística
Selma Santos de Freitas	Coordenadora Administrativo-Financeira
Fernanda Ferreira Borges	Coordenadora de Gestão de Pessoas

Equipe Técnica

Ana Claudeise Silva do Nascimento

Ana Cláudia Torres Gonçalves

Ângela May Steward

Danielle Pedrociane Cavalcante

Dávila Suelen Suelen Souza Corrêa

Elenice Assis do Nascimento

Emiliano Esterci Ramalho

Fernanda Pozzan Paim

Fernanda Sá Vieira

Fernanda Viana

Francisco Modesto Freitas Junior

Francione Porto Ribeiro

Helder Lima de Queiroz

Isabel Soares de Sousa

João Paulo Borges Pedro

João Valsecchi do Amaral

Josivaldo Modesto

Maria Cecília Rosinski Lima Gomes

Mariana Terrôla Ferreira

Marília de Jesus Silva e Sousa

Marluce Ribeiro de Mendonça

Miriam Marmontel

Nelissa Peralta Bezerra

Nizete de Lima Campelo

Polliana Santos Ferraz

Rafael Barbi Costa e Santos

Robinson Botero Arias

Conselho de Administração

Eronildo Braga Bezerra	Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI
Paulo Sérgio Lacerda Beirão	Representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
Adalberto Luiz Val	Representante da Academia Brasileira de Ciências – ABC
Vago	Representante da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPPEAM
Vago	Representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC – AM
Fabiano Lopez da Silva	Representante da Fundação Vitória Amazônica – FVA
Avílio Antônio Franco	Membro Notório Saber e Presidente do Conselho de Administração do IDSM
Ima Célia Guimarães Vieira	Membro Notório Saber
Tatiana de Abreu Sá	Membro Notório Saber
Otacílio Soares Brito	Representante dos funcionários do Mamirauá
Ana Rita Pereira Alves	Representante dos Associados do Mamirauá

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ – IDSM

Estrada do Bexiga, nº 2584 – Bairro: Fonte Boa – Caixa Postal nº 038.

CEP: 69.553-225 , Tefé/AM

Telefone: (097) 3343-4672

E_mail: mamiraua@mamiraua.org.br

Home page: www.mamiraua.org.br

Esta publicação é parte integrante das atividades desenvolvidas no âmbito do Contrato de Gestão
IDSM/MCTI/2015

Todos os direitos reservados pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM. Os textos contidos nesta publicação poderão ser reproduzidos, armazenados ou transmitidos, desde que citada a fonte.

SUMÁRIO

PARTE I

1. O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ – IDSM/OS EM 2015	10
2. DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS PROJETOS REALIZADOS PELO IDSM	13
3. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO IDSM	18
4. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO	22
5. INDICADORES DE DESEMPENHO	26
Macroprocesso 1: Produção Científica	26
Macroprocesso 2: Disseminação Tecnológica	37
Macroprocesso 3: Manejo Sustentável	38
Macroprocesso 4: Qualidade de Vida	49
Macroprocesso 5: Tecnologias de Gestão	51
Macroprocesso 6: Desenvolvimento Institucional	55
6. PLANEJAMENTO E GESTÃO	67

Lista de Figuras

Figura 1	Comparação entre os valores acordados no Contrato de Gestão e os valores transferidos nos anos de 2013, 2014 e 2015	17
Figura 2	Força de trabalho do IDSM por escolaridade	73

Lista de Quadros

Quadro 1	Recomendações da CGU	22
Quadro 2	Deliberações do TCU	23
Quadro 3	Histórico das avaliações da Comissão de Avaliação – CA do MCTI	23
Quadro 4	Cumprimento às recomendações da Comissão de Avaliação do MCTI	24
Quadro 5	Cumprimento às sugestões da Comissão de Avaliação do MCTI	25
Quadro 6	Cumprimento às sugestões da Comissão de Avaliação do MCTI	25
Quadro 7	Número de publicações por categoria em 2015	27
Quadro 8	Quadro de pessoal contabilizado	27
Quadro 9	Evolução do desempenho institucional em relação ao Macroprocesso 1	28
Quadro 10	Histórico do quadro de indicadores e metas	64
Quadro 11	Histórico dos valores repassados pelo Contrato de Gestão ao IDSM	67
Quadro 12	Valores repassados ao IDSM pelo Contrato de Gestão em 2015	67
Quadro 13	Conta Bancária do IDSM – Valores do Contrato de Gestão	67
Quadro 14	Demonstração de Receitas auferidas pelo IDSM em 2015 e anos anteriores	68
Quadro 15	Saldo Financeiros apropriados com Recursos do Contrato de Gestão	68
Quadro 16	Relatório Comparativo de Despesas 2015/2014 – Em R\$ 1,00	69
Quadro 17	Plano de Ação do IDSM pactuado com o MCTI para execução em 2014 (R\$ 1,00)	70
Quadro 18	Força de Trabalho do IDSM em 2015	72
Quadro 19	Detalhamento mensal e anual dos valores pagos aos empregados do IDSM no ano de 2015 – Regime de Caixa	74
Quadro 20	Valores de Reserva Técnica pactuados com Recursos do Contrato de Gestão	75
Quadro 21	Descrição da Destinação prevista dos recursos da Reserva Técnica	75

Lista de Tabelas

Tabela 1	Evolução do patrimônio adquirido com recursos do Contrato de Gestão, e sua variação percentual em 2015	21
Tabela 2	Dados da exploração de 2015 na RDSM, assessoradas pelo PMFC	42
Tabela 3	Evolução de alguns parâmetros do impacto e da eficiência na exploração das associações de manejadores assessoradas pelo IDSM (2010 – 2015)	43
Tabela 4	Distribuição dos recursos financeiros obtidos, por fonte ou origem, em 2015	56
Tabela 5	Montante de pagamentos, juros e multas realizados em 2015	59
Tabela 6	Distribuição do quadro (funcionários/ativos) do IDSM ao longo dos cinco últimos anos – 2011 até 2015	61

1. O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ – IDSM/OS EM 2015

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM-OS é uma pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída em 26 de abril de 1999 e qualificada como Organização Social através de Decreto Presidencial em 04/06/1999. Sua sede está localizada na Estrada do Bexiga nº. 2584, Bairro de Fonte Boa, Tefé/AM, CEP 69.470-000. A página eletrônica institucional do IDSM na internet é www.mamiraua.org.br, seu endereço eletrônico é mamiraua@mamiraua.org.br e está inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.119.820/0001-95.

Esse instituto tem por finalidade a realização de pesquisa científica para conservação da biodiversidade por meio do manejo participativo e sustentável dos recursos naturais da Amazônia. O foco, ou abrangência geográfica, do IDSM é colocado sobre as florestas alagáveis da Amazônia, e em especial a várzea, por ser o ecossistema mais pressionado e mais ameaçado de todo o Bioma Amazônia. Suas normas e regulamentos de funcionamento estão definidos por seu Conselho de Administração.

As atividades desenvolvidas pelo IDSM-OS estão atreladas a metas e prazos descritos em Contratos de Gestão, firmados entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e o IDSM-OS a partir do primeiro de 23 de março de 2001, publicado no Diário Oficial da União no dia 23 de março de 2001, para a administração do Instituto. Este contrato foi renovado em duas ocasiões, 2006 e 2010. Os recursos destinados ao custeio das atividades são providos pelo MCTI.

O IDSM-OS sendo uma Organização Social contratada pelo MCTI desde 2001, tem se destacado nestes poucos anos de vida, por implantar um conjunto de ações em pesquisa científica aplicada à conservação da biodiversidade amazônica, ao uso sustentado desta biodiversidade, e à consequente melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais associadas a esta biodiversidade. Os pesquisadores e técnicos do IDSM desenvolvem processos e tecnologias sociais para envolvimento de populações ribeirinhas tradicionais em atividades de gestão participativa de territórios especiais e de áreas protegidas (como o caso das unidades de conservação, por exemplo), e no manejo sustentável de recursos naturais de maior importância econômica que são encontrados nestes territórios.

Programas intensivos de pesquisa sobre as formas de sustentabilidade do uso de espécies já tradicionalmente exploradas por aquelas populações têm sido implantados e desenvolvidos. Os subsídios gerados por tais programas de pesquisas proporcionam a organização e implantação de cadeias produtivas de bens extrativos, baseadas principalmente em arranjos produtivos locais articulados.

Algumas destas iniciativas foram bastante bem sucedidas, e tem sido aplicadas em conjunto às populações moradoras e usuárias das Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM) e Amanã (RDSA), unidades de conservação estaduais localizadas no Estado do Amazonas. Estas áreas tem sido cogerenciadas pelo grupo do IDSM desde antes da criação e celebração do Contrato de Gestão com o MCTI em 2001.

As atividades desenvolvidas naquelas duas reservas funcionaram, e ainda funcionam, como um grande experimento de conservação e desenvolvimento social sustentável. Até o presente, a proposta de agregar o conhecimento tradicional testado e comprovado, com o conhecimento produzido pelos princípios da pesquisa científica, que é desenvolvida pelo IDSM e seus parceiros, permanece como um dos pilares deste conjunto de ações. Busca-se, desta forma, criar e consolidar modelos de uso da biodiversidade apoiados em sólida base científica, e que possam ser replicados participativamente em outras partes da Amazônia, do Brasil e do exterior, ainda que localizadas fora de áreas protegidas ou de territórios especiais.

As experiências bem sucedidas que surgiram desde 1990 conferiram visibilidade e credibilidade para a instituição. Assim, a experiência de Mamirauá tem ocorrido com vários níveis de abrangência. A mais relevante se observa quando são criadas novas Reservas de

Desenvolvimento Sustentável, em outros estados brasileiros, acompanhadas por pesquisas científicas e participação comunitária. Este tipo de Reserva existe hoje nos Estados do Amapá, Pará, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Norte e Tocantins. Nestes casos a experiência de Mamirauá foi, ou tem sido fundamental para o estabelecimento das áreas protegidas. Isto também é observado na Argentina, em Yabuti-Misiones, com a implementação de uma vasta unidade de conservação nos moldes científicos e comunitários preconizados pelo Modelo Mamirauá. Outro tipo de replicabilidade, desta vez mais restrita, tem sido observado em outras partes do Brasil e do exterior, sempre com a participação, de membros do IDSM. No Pantanal Sul Mato-grossense foi desenvolvido o Projeto Pantanal que se utilizou da experiência de Mamirauá. Na Bolívia, a experiência de Mamirauá na construção do Corredor Ecológico tem sido replicada com extensões significativas em território boliviano. Na Guiana, no Peru e na Bolívia, técnicos e pesquisadores do IDSM tem ensinado como aplicar o saber tradicional e o saber científico no uso sustentado de recursos naturais de importância estratégica. Na Tanzânia foi experimentada uma organização similar da comunidade no que se refere a sua participação e organização política para conduzir um processo de manejo compartilhado de áreas e recursos locais.

A partir de 2009 estas experiências de replicabilidade do modelo Mamirauá abriram um grande leque de desafios que é a necessidade de replicar estas boas experiências e estas melhores práticas em outros pontos da Amazônia, disseminando os conhecimentos obtidos a partir dos programas de pesquisas, dos protocolos de manejo sustentável e participativo dos recursos naturais, estendendo os benefícios para outras populações tradicionais necessitadas e historicamente marginalizadas pelo modelo hegemônico de desenvolvimento praticado na Amazônia nas últimas oito décadas.

Pela necessidade de expansão e aperfeiçoamento das atividades do IDSM foi criado, em 2013, o Centro de Estudos da Várzea Amazônica – CEVA que é operado e dirigido pelo IDSM com a participação de pesquisadores de outras instituições. O Centro tem por objetivo criar condições institucionais e gerenciais para desenvolver pesquisas básicas e aplicadas, bem como desenvolver outras atividades multi-institucionais que promovam a conservação da biodiversidade e o uso sustentado e participativo de seus componentes em vários pontos das florestas alagáveis da Amazônia, propiciando o incremento da qualidade de vida das populações tradicionais associadas a estas florestas. Estas primeiras experiências de expansão já incluem iniciativas realizadas em diferentes estados da Região Norte, da fronteira com a Colômbia até a foz do rio Amazonas.

Em 2015 destacamos outras ocorrências relevantes relacionadas ao IDSM:

- Em janeiro ocorreu a soltura de 6 peixes-boi reabilitados no Centro de Reabilitação de Peixe-Boi do IDSM na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã.
- Foi realizado em Tefé (AM), em fevereiro de 2015, o 4º. Seminário Anual de Gestão de Recursos naturais e Desenvolvimento Social, promovido pela DMD do Instituto Mamirauá.
- A pesquisadora Miriam Marmontel tornou-se editora-chefe do LAJAM (Latin American Journal of Aquatic Mammals).
- A iniciativa "Conservação do Peixe-boi Amazônico" venceu o Prêmio Nacional da Biodiversidade, na categoria Academia e na categoria Juri Popular, oferecida pelo ICMBio para todas as pesquisas em conservação da biodiversidade no Brasil.
- O Programa de Pesca do IDSM é finalista na etapa nacional do Prêmio Energy Globe Award, promovido anualmente pela Energy Globe Foundation, instituição com sede na Áustria, que contempla as melhores iniciativas sustentáveis de conservação no mundo.
- Em 2015 a Pousada Uacari recebeu, pelo terceiro ano consecutivo, o certificado de excelência do Tripadvisor.

- A Pousada Uacari e Projeto Iauaretê do Instituto Mamirauá implementaram a primeira iniciativa de turismo de observação de onça de base comunitária do Brasil.
- Por mais um ano o Instituto Mamirauá teve seu trabalho reconhecido por reportagens premiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), na sexta edição do prêmio FAPEAM de jornalismo científico 2015.
- Ao final do primeiro semestre de 2015, o Conselho de Administração (CA) do IDSM reconduziu ao cargo o Diretor Geral, Helder Lima de Queiroz, por um período de mais quatro anos. Na mesma reunião, o CA reconduziu o Dr. Avílio Antonio Franco, para mais um mandato na presidência daquele conselho.
- Ocorreu em agosto a implantação de três fábricas de gelo solar, em caráter piloto, como um dos resultados do prêmio Google-Desafio Social.
- O IDSM alcançou o segundo lugar na categoria social no Prêmio Professor Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente edição 2015 com o projeto "Aerostato Remoto de Telecomunicação e Sensoriamento para Inclusão Digital".
- A Pousada Uacari conquistou o 2º lugar no "World Responsible Tourism Awards" na categoria "Best for Poverty Reduction". O prêmio é uma busca global e uma celebração dos exemplos mais importantes e duradouros de turismo responsável no mundo. (<http://www.responsibletravel.com/awards/about/>).
- O Instituto Mamirauá e instituições parceiras promoveram a segunda edição do Prêmio Jovem Conservacionista em Tefé com o tema onça-pintada de Mamirauá. Um dos objetivos foi incentivar jovens a participar da conservação da onça-pintada, fazendo ações em conjunto com parceiros institucionais.
- O Instituto Mamirauá venceu o Prêmio IGUi Ambiental, que teve o resultado divulgado no dia 01 de outubro. A premiação foi pelo projeto "Tartarugas aquáticas amazônicas: a vida adaptada ao ciclo anual de cheias e secas dos rios". Como prêmio, o Instituto recebe uma quantia que contribuirá para o financiamento de ações de pesquisas do grupo.
- O Fundo Amazônia produziu vídeo institucional nas Reservas Mamirauá e Amanã, que foi veiculado durante a 21ª Conferência do Clima, promovida pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), de 5 a 12 de dezembro, na França. O vídeo pode ser visto em <https://www.youtube.com/watch?v=VTdDzCpZgrA>. O projeto do IDSM junto ao Fundo foi apresentado como um dos seus exemplos exitosos.
- Em outubro, o Instituto Mamirauá lançou, durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia em Tefé, o documentário "Compartilhando Saberes", financiado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Finep e Fundo Amazônia. A produção tem 40 minutos e retrata as iniciativas com o manejo de pirarucu, turismo de base comunitária, agentes ambientais voluntários e sistema de abastecimento de água. O vídeo pode ser visto em <https://www.youtube.com/playlist?list=PL9yc3STHlqTI2WTCr3jIvd4EGo7keFnDz>.
- Paula Araújo, do Instituto Mamirauá, esteve entre os 27 jovens vencedores do Green Talents. O concurso é promovido anualmente, desde 2009, pelo Ministério de Educação e Pesquisa da Alemanha. Entre os dias 17 e 31 de outubro, Paula esteve nas cidades de Dusseldorf e Berlim para participar de um fórum internacional sobre desenvolvimento sustentável, onde foi realizada a cerimônia de premiação.
- Com a proposta "Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros", o Instituto Mamirauá foi finalista do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social 2015, na categoria Comunidades Tradicionais, Agricultores Familiares e Assentados da Reforma Agrária. O prêmio foi entregue em Brasília e o instituto recebeu a quantia de R\$ 25 mil.
- De 09 a 13 de novembro, foi realizado o 16º Congresso Brasileiro de Primatologia em Manaus. Durante o evento, pesquisadores do Instituto Mamirauá foram premiados pelos trabalhos apresentados, sendo: Prêmio Liza Veiga para Priscila Maria Pereira, uma das autoras do estudo "Caracterização do abate de primatas em comunidades tradicionais da

Amazônia Central" e 3º lugar - Menção Honrosa para Fernanda Paim, uma das autoras do estudo "Monitoramento de uma espécie ameaçada de macaco-de-cheiro (*Saimiri vanzolinii*) em uma unidade de conservação na Amazônia Central". Rafael Rabelo teve uma de suas fotografias premiadas no evento.

- A Pousada Uacari venceu o Prêmio TOP de sustentabilidade 2015, concedido pela Associação Brasileira de Operadores de Turismo. O anúncio ocorreu no dia 27 de novembro, durante a Convenção Braztoa, no Rio de Janeiro. Os vencedores ganharam uma viagem de visita técnica para a Alemanha, oferecida pelo Centro do Turismo Alemão. A Pousada Flutuante Uacari também foi agraciada na categoria prata do prêmio *World Responsible Tourism Awards – Best for Poverty Reduction*, anunciado em uma das maiores feiras de turismo internacional, a World Travel Market, realizada em Londres.

- Ao longo do ano, o Instituto Mamirauá foi fortalecendo sua estratégia de gerar demanda espontânea na imprensa, com um aumento superior a 70% em relação ao ano anterior. Em 2014, foram 2.687 notícias veiculadas na imprensa sobre o Instituto Mamirauá e, em 2015, esse número superou 4.590 matérias, notas ou reportagens. Parte disso, é resultante da parceria da Assessoria de Comunicação do IDSM com a Assessoria de Comunicação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Além disso, houve um número superior de repercussão internacional, resultado de veiculações na Agência Reuters, National Geographic e em programas da Rede Globo.

2. DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS PROJETOS REALIZADOS PELO IDSM

Ao longo dos últimos anos, o IDSM tem desenvolvido uma média de aproximadamente 80 projetos de pesquisa correntes por ano. Alguns deles são projetos com mais de um ano de duração, e são então contabilizados em anos consecutivos. Estes projetos podem ser agrupados conforme sua principal natureza.

Projetos de pesquisa voltados à compreensão dos aspectos naturais e sociais das florestas alagáveis da Amazônia são aqueles que descrevem a ocupação destes espaços pela bio ou sóciobiodiversidade, descrevem seus padrões principais, e analisam os principais fatores que forjaram sua geração, seu desenvolvimento e a sua manutenção.

Projetos de pesquisa voltados a subsidiar as ações de intervenção social são aqueles que investigam mais a fundo os aspectos que foram identificados pelos projetos do grupo anterior. São pesquisas voltadas a entender especificamente como um determinado recurso natural é utilizado, identificar os níveis de sustentabilidade de seu uso, e conhecer os aspectos biológicos que podem oferecer oportunidades de sustentabilidade ou de aumento da eficiência deste uso. São projetos na área de ciências biológicas ou de ciências sociais, respondendo a perguntas específicas sobre o funcionamento natural ou social dos sistemas, mas que são destinados a uma aplicação futura.

Os projetos de pesquisa voltados ao desenvolvimento de tecnologias sociais utilizam-se dos resultados dos projetos dos dois grupos anteriores, para construir as experiências de intervenção. É por meio destes projetos, que os primeiros pilotos de manejo, ou de qualquer outra intervenção social, são realizados pelo IDSM. Se estes pilotos vierem a ser considerados bem sucedidos, de acordo com os parâmetros de análise científica, eles podem gerar um protocolo de procedimentos que são assumidos pelo grupo de extensionistas, e a pesquisa é encerrada. As ações passam então ao âmbito de atuação dos grupos ou coordenações de extensão.

Finalmente, existem projetos de pesquisa desenvolvidos pelo IDSM que abarcam temas relevantes para a compreensão destes sistemas naturais e sociais, ou de sua interação, mas que não seguem a lógica descrita nos três grupos anteriores. São projetos que trazem novas

abordagens ou preenchem lacunas nos grupos anteriores, ou que propõem visões novas e não antes adotadas, mas que merecem ser avaliadas pela perspectiva do IDSM.

O Instituto Mamirauá iniciou 2015 conduzindo cerca de 95 projetos de pesquisa correntes, mas cerca de 35% deles foram paralisados por falta de recursos ao longo do ano. Muitos deles atuam nas fronteiras do conhecimento em sua própria área temática de atuação. O grupo de pesquisas em Agroecologia conduz um conjunto de projetos de pesquisa voltados a investigar como lidar com a questão da expansão da atividade pecuária no interior de unidades de conservação. Como sabemos, um grande número de unidades de conservação na Amazônia (seja de uso sustentável, seja de proteção permanente) comportam atividade pecuária, legal ou ilegal, que exerce grande impacto sobre os ecossistemas locais. Até o momento, a questão tem sido pouco estudada sob o aspecto ambiental. As poucas investigações existentes são de caráter socioeconômico e antropológico, e se conhece apenas uma pesquisa que avalia o problema pelo seu prisma ambiental. O IDSM busca agora contribuir neste campo, produzindo conhecimento acerca do problema, e buscando formas de minorar os impactos causados pelos rebanhos, formas de limitar a expansão da atividade, e de manter uma relação positiva com os pecuaristas, além de incentivar o uso de técnicas de sanidade na elaboração de produtos de origem animal. O grupo continua a desenvolver pesquisas sobre a agricultura familiar e agroecologia, e os sistemas agroflorestais.

O grupo de pesquisas em Ecologia e Biologia de Peixes desenvolveu, ao longo dos últimos 16 anos, um conjunto de pesquisas que deu sustentação aos manejos de pesca participativa de pirarucus e tambaquis, importantes ações de conservação e melhoria da qualidade de vida que tem se disseminado bastante em toda a Amazônia brasileira e nos países vizinhos. Nestes anos mais recentes o grupo tem se dedicado a investigar espécies que são alvo de dois outros tipos de pescarias, a pesca ornamental e a pesca esportiva. Voltados a compreender os aspectos biológicos das principais espécies visadas por estas formas de pesca, e a definir os parâmetros para sua sustentabilidade, os pesquisadores deste grupo conduzem um grande número de projetos que visam principalmente as espécies da família dos ciclídeos. Esta é a primeira experiência brasileira de esforço coordenado voltado a esta família e suas muitas espécies simultaneamente. Apesar de sua relevância ecológica, e enorme importância na economia regional, as pesquisas desenvolvidas até então com membros da família Cichlidae abarcam apenas algumas espécies, de forma pouco padronizada. A oportunidade destes projetos permite não somente a obtenção de subsídios para a sustentabilidade de seu uso, mas também o desenvolvimento de importantes áreas da ciência, como ocorre na África, onde esta família de peixes é também muito importante, e as pesquisas vêm sendo conduzidas por pesquisadores europeus nas últimas décadas.

Além disso, o grupo concluiu em 2014 um conjunto de pesquisas que tenta inventariar um importante serviço ecológico prestado pelas várzeas, que é permitir a reprodução segura do recurso pesqueiro, cujas principais espécies são desembarcadas nos portos e terminais pesqueiros de toda a Amazônia. Finalmente, o grupo tem também se dedicado a estudar a crise gerada pelo uso de botos e jacarés como iscas na pesca da piracatinga, espécie de siluriformes. Mas o faz sob o ponto de vista da pesca, em si, e da biologia do pescado.

O grupo de pesquisas em Ecologia Florestal tem desenvolvido, desde sua criação, projetos de pesquisa focados em espécies vegetais de importância econômica na região do Médio Solimões, especialmente aquelas de grande potencial madeireiro. Mais recentemente, o grupo tem se voltado para o estudo da dinâmica da floresta, e sua regeneração. Estes projetos são dirigidos a subsidiar programas de recuperação ou regeneração ambiental, para sanar resultados de degradação florestal, e recuperar a capacidade de sequestro e fixação de carbono por parte das florestas de várzea. Este ecossistema, como é notório, tem a maior capacidade de sequestro de carbono do Bioma Amazônia, mas não foi contemplado com qualquer programa de recuperação ambiental. Os riscos aumentaram enormemente com a aprovação recente do novo

Código Florestal Brasileiro, que coloca as florestas alagáveis em um nível particular de vulnerabilidade. Visando oferecer à sociedade um protocolo de recuperação de florestas de várzea, este grupo de pesquisas investiga os padrões de armazenamento de sementes, de formas de germinação e de estratégias de estabelecimento de mudas/plântulas das principais espécies da várzea. São investigadas não apenas as espécies de maior relevância econômica, mas também espécies de alto valor ecológico, importantes nos principais estádios sucessionais da floresta. É também intensamente investigada a vegetação dos diferentes tipos de várzea estuarina e sazonal, da costa do Atlântico até a fronteira com a Colômbia, seus aspectos ecológicos, e a perturbação causada pelos humanos.

O grupo de pesquisas em Ecologia de Vertebrados Terrestres apresenta projetos de pesquisa voltados à conservação de espécies ameaçadas ou vulneráveis, e projetos voltados ao monitoramento e sustentabilidade de uso dos recursos cinegéticos. A caça na Amazônia é ainda um tema polêmico, submetido a um marco legal dubio. Apesar disso, é amplamente disseminado o costume local de caçar e consumir carne de caça. Algumas destas ações podem ser consideradas preocupantes, por efetivamente ameaçarem a sobrevivência de algumas espécies, enquanto que outras apresentam sinais claros de sustentabilidade. Visando oferecer informações científicas sólidas que possam descrever o uso tradicional das espécies, bem como os parâmetros biológicos mais importantes para a sustentabilidade do abate destes animais, este grupo de pesquisadores vem conduzindo um conjunto de projetos de pesquisa de longa duração há vários anos. Os primeiros resultados, os mais consistentes e sólidos da Amazônia brasileira, já começam a ser publicados a partir das análises desta importante série histórica. Os projetos de pesquisa voltados à conservação de espécies ameaçadas ou vulneráveis estão centrados no estudo de felinos e de primatas amazônicos que sejam considerados ameaçados pelos organismos nacionais e internacionais de conservação da biodiversidade. Para desenvolvimento destes projetos, são aplicadas as técnicas e tecnologias mais avançadas disponíveis atualmente, de modo que tais práticas possam ser transferidas ao uso corriqueiro por pesquisadores nacionais, que podem assim se atualizar de forma contínua. Em 2014, a partir do grupo de pesquisas em Ecologia e Vertebrados Terrestres, originou-se um novo grupo, recém-criado. O Grupo de Pesquisas sobre Felinos.

Os pesquisadores do grupo de pesquisas em Mamíferos Aquáticos tem desenvolvido um grande número de projetos de pesquisa sobre estas espécies por vários anos. Estes projetos buscam investigar as fontes de riscos e vulnerabilidades das espécies e subsidiar sua conservação. Como são animais de difícil detecção, a tecnologia aplicada ao estudo destas cinco espécies é muito avançada, envolvendo técnicas de ponta que são trazidas continuamente dos mais adiantados centros de pesquisas do mundo. O grupo também se dedica a estudos tecnológicos para manutenção em cativeiro e reintrodução de peixes-boi reabilitados. Mais recentemente o grupo estuda o impacto da pesca da piracatinga e a mortalidade de botos associada a ela, e seu impacto sobre as populações naturais.

O grupo de pesquisas em Uso Sustentável de Recursos Naturais apoia um conjunto amplo de projetos que investigam a biologia e o uso tradicional de dois grandes grupos de recursos naturais, os crocodilianos e os quelônios. Os pesquisadores estão promovendo a construção de um sólido conjunto de informações subsidiárias para inaugurar de forma regular e legal as ações de manejo de jacarés na várzea amazônica, um fato ainda inédito. Em 2013 este grupo, em conjunto com o grupo de pesquisas em Desenvolvimento e Adaptação de Tecnologias Sociais do IDSM, desenvolveu e instalou o primeiro protótipo de uma planta de abate remoto, para apoiar o manejo piloto destas espécies seguindo todas as diretrizes da legislação estadual e federal.

O grupo de pesquisas de Organização Social e Manejo Participativo se destaca pela investigação sistemática, no campo das ciências sociais, das atividades de manejo de recursos naturais em unidades de conservação e em seu entorno. É um dos grupos desta temática

alojados em instituição amazônica, e atuando diretamente sobre a problemática, em contínuo contato com os principais atores sociais protagonistas desta importante questão de fronteira. Projetos mais recentes deste grupo investigam as formas de partilha entre atores sociais dos recursos naturais de acesso livre, um tema de grande relevância para a Amazônia hoje. Também neste grupo se alojam os projetos de arqueologia que são desenvolvidos para revelar os padrões de uso do espaço e dos recursos naturais por populações pré-históricas que viviam na várzea amazônica.

Já o grupo de pesquisas em Populações Ribeirinhas, Modos de Vida e Políticas Públicas busca compreender os modos de vida das pequenas comunidades ribeirinhas, suas relações com o mercado e a influência sobre elas exercidas pelas políticas públicas adotadas nos diferentes níveis da administração pública. Este grupo tem desenvolvido projetos que tratam da demografia destas comunidades, sobre formas de apropriação de tecnologias adequadas para a vida nos ambientes alagáveis, e sobre a reprodução social destas unidades.

O grupo de pesquisas em Territorialidades, Identidades e Gestão de Áreas Protegidas realiza investigações científicas nas áreas afeitas às ciências sociais, voltadas a compreender as relações das populações tradicionais com seus territórios, o desenvolvimento e consolidação das suas identidades e as formas pelas quais estas populações geram alternativas para participar da gestão de áreas protegidas na Amazônia (sejam elas unidades de conservação, territórios indígenas, ou outras formas de gestão territorial existentes).

Finalmente o grupo de Desenvolvimento e Adaptação de Tecnologias Sustentáveis não se dedica apenas ao desenvolvimento de tecnologias para o manejo de jacarés e quelônios, mas também ao desenvolvimento de tecnologias sociais para dar suporte à vida e à produção sustentável na várzea amazônica. Nos anos mais recentes o grupo tem desenvolvido pesquisas sobre os processos de tratamento da água para consumo e produção, e sobre os processos de geração alternativa de energia na várzea. Temas de extremo interesse para a sociedade, especialmente para as populações rurais da Amazônia e para destinação adequada de dejetos humanos.

Como se pode ver, todos os grupos de pesquisas do IDSM, e seus respectivos projetos de pesquisa, estão profundamente comprometidos com a elaboração de respostas às maiores necessidades da sociedade, com maior ênfase nas populações rurais ribeirinhas da região. Cada um a seu modo, estes grupos discutem questões prementes e de alto interesse social, aplicando técnicas e tecnologias sociais avançadas, algumas delas atuando mesmo na fronteira do conhecimento nas suas diferentes áreas de atuação. São, todas elas, temáticas com clara aderência aos eixos e prioridades da Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia – ENCTI que orienta as ações do MCTI para o desenvolvimento em CT&I do país.

As dificuldades encontradas para manter o funcionamento destes grupos e dar continuidade a suas atividades são, principalmente, a fixação de recursos humanos de alta capacidade, e a manutenção do fluxo adequado de recursos financeiros necessários à sua atuação. Esta última dificuldade mostrou-se especialmente crítica desde o segundo semestre de 2014. Em 2015 tal dificuldade aprofundou-se uma vez que houve brusca redução dos valores transferidos pelo MCTI, levando projetos a serem paralisados e equipes de pesquisa a serem reduzidas.

A natureza das pesquisas desenvolvidas no Instituto Mamirauá demanda um grupo de pesquisadores muito especializados e com alta graduação. Historicamente existem grandes limitações à atração e fixação deste tipo de recursos humanos em toda a Amazônia. Devido a um esforço direcionado a minorar este problema, o IDSM tem desenvolvido estratégias de captação de doutores, com o oferecimento de salários atrativos, de boas condições de trabalho, e de comunicação e intercâmbios científicos, além de um programa institucional de capacitação e apoio à pós-graduação. Como resultado disso, o IDSM já possui um corpo de pesquisadores com aproximadamente 40% de doutor, sendo todos os demais mestres (a maioria deles já

engajada em programas de doutoramento). Todavia, com as dificuldades financeiras enfrentadas em 2015, boa parte deste quadro ainda modesto, mas que havia sido construído com grande dificuldade e lentamente na década anterior, teve que sofrer reduções indesejáveis e a demissão de pesquisadores (inclusive doutores) e técnicos de pesquisa.

Além da cobertura de seus gastos, os projetos de pesquisa desenvolvidos na instituição dependem de um fluxo contínuo de financiamento, de recursos disponíveis na frequência adequada para fazer frente às necessidades de cada projeto. Caso contrário, muitas ações são adiadas ou mesmo canceladas, impedindo que os projetos venham a termo ou que atinjam os objetivos desejados como ocorrido em 2015. Os recursos financeiros obtidos junto ao MCTI em 2015 não atingiram os totais pactuados, como será descrito mais adiante (Ver figura 1).

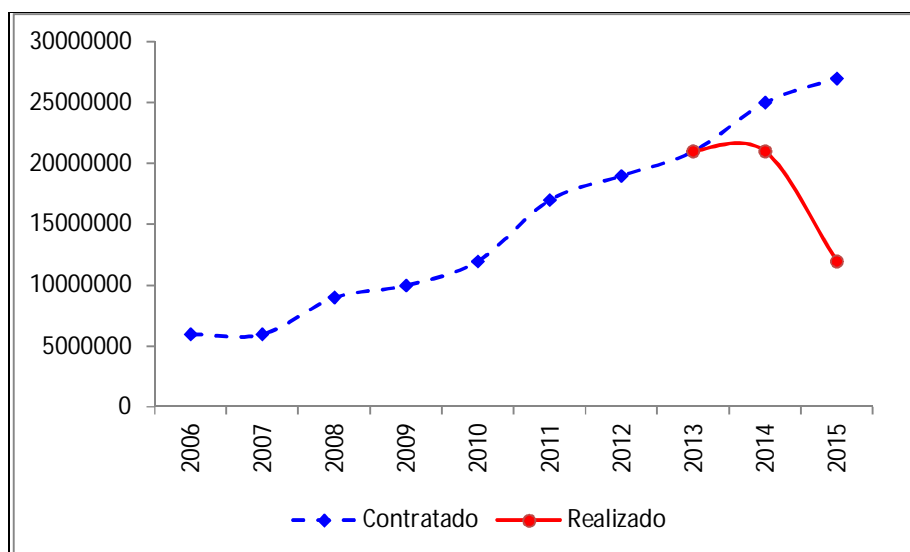


Figura 1. Comparação entre os valores acordados no Contrato de Gestão do IDSM-OS com o MCTI (linha pontilhada azul), e os valores transferidos nos anos de 2013, 2014 e 2015 (linha sólida vermelha).

Nenhuma transferência de recursos do MCTI ocorreu no primeiro semestre de 2015. Em junho ocorreu a celebração do 12º. Termo Aditivo. Todavia o recurso referente a este termo só foi transferido em meados de julho. Durante o segundo semestre de 2015 foram assinados o 13º e 14º. Termos Aditivos, mas os recursos deste último não foram transferidos ao Mamirauá em 2015.

Os recursos constantes do saldo financeiro de 2014 e que formavam a reserva técnica da instituição foram consumidos até o final de abril. Os gastos crescentes da instituição, referentes ao atendimento das metas dos indicadores de desempenho do IDSM, fazem com que a necessidade de recursos ocorra cada ano mais cedo. Estas características orçamentárias e financeiras do IDSM vêm sendo repetidamente informadas ao MCTI por meio de ofícios desde 2011. Ainda assim, nenhuma alteração nos valores transferidos, no cronograma de transferências, na reposição da reserva técnica ou na repactuação geral de metas (com redução de estrutura e pessoal) foi acordada para o enfrentamento destas graves necessidades.

Assim, em maio de 2015 já não havia qualquer recurso em caixa para o custeio das ações institucionais e para pagamento de pessoal. Sendo o IDSM forçado a realizar empréstimos para

pagamento de folha, sem os encargos. Apenas em início de julho, com a chegada dos recursos referentes ao 12º. T.A., assinado em junho, foi possível saldar os empréstimos, saldar uma pequena parte das dívidas com fornecedores e efetuar o pagamento da folha do mês de junho.

O contrato de gestão do IDSM previa para 2015 um orçamento de 27 milhões. Infelizmente, os valores da PLOA (mantidos em torno de 24 milhões pelo MCTI) foram reduzidos inicialmente para 21 milhões e assim aprovados no Congresso Nacional. Todavia, no decreto de homologação da presidência da república a LOA de 2015 alocou para o IDSM apenas 18.2 milhões de reais. Destes valores houve redução para 12.2 milhões em resposta aos cortes orçamentários do governo federal. Isto representou uma redução brusca de 54,8% nos valores transferidos ao ano no Contrato de Gestão. Em setembro de 2015 foi assinado o 13º. Termo Aditivo, que permitiu a transferência da totalidade de 12,2 milhões de reais. Com despesas crescentes, e dívidas acumuladas, o IDSM mostrou-se economicamente inviável a partir deste mês. As despesas de folha de pagamentos ficaram acima da disponibilidade de recursos. Para fazer frente a tais despesas, novos empréstimos foram realizados e os pagamentos salariais ficaram atrasados. O pagamento a fornecedores foi suspenso desde outubro de 2015. Em resposta à grave situação, continuamente informamos ao MCTI. A SEXEC permitiu a assinatura do 14º. Termo Aditivo, no valor de 4 milhões de reais, o que elevaria as transferências de 2015 para 16,2 milhões de reais. Todavia, os valores do 14º. Termo Aditivo assinado em dezembro não foram transferidos ao IDSM em 2015.

Estes fatos geraram profundos impactos negativos no funcionamento da OS, que em momentos chegou a cogitar o encerramento de suas atividades. Várias ações de campo tiveram que ser adiadas, e algumas delas só poderão ser realizadas em 2016, devido às condicionantes sazonais do ambiente de várzea. Outras ações de pesquisa não puderam ser executadas por falta de recursos para aquisição de equipamentos essenciais. O mesmo se deu com relação à baixa participação de pesquisadores do IDSM em eventos científicos relevantes no Brasil ou no exterior.

Outro profundo impacto observado foi a necessidade de rápida redução dos custos da folha de pagamentos. Desta forma, a redução do quadro de pessoal foi a maneira legal possível para atender as necessidades impostas pela nova situação orçamentária e financeira do IDSM. A partir de setembro, um esforço de redução das equipes de empregados, bolsistas, alunos e estagiários culminou, em dezembro, com a redução de 35% da força de trabalho. Com sérias implicações para a capacidade da instituição continuar na busca de sua missão.

Tudo isso exerceu um impacto relevante sobre as metas pactuadas para 2015. Não apenas aquelas relacionadas à produção científica, mas a todos os macroprocessos institucionais. No caso da atividade científica, tais impactos serão observados ainda no decorrer dos próximos anos.

3. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO IDSM

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM-OS tem um sistema de gestão construído em 2001, quando da assinatura do primeiro contrato de gestão com o MCTI, que vem sendo aprimorado ao longo do tempo.

O IDSM tem uma instância máxima de gestão, o Conselho de Administração (CA), formado por 11 conselheiros que representam o poder público, a sociedade civil organizada (particularmente representada pelos organismos científicos) e por cientistas de notório saber no campo de atuação de Mamirauá. Este conselho supervisiona os gestores executivos da OS, um conselho de diretoria composto por um Diretor Geral e três Diretores Adjuntos. Os diretores adjuntos são responsáveis pelas duas áreas de atuação institucional (pesquisa e manejo) e pela área administrativa. O conselho de diretoria é assessorado pelos conselhos internos. Em cada

uma das três diretorias adjuntas é constituído um conselho formado por coordenadores ou líderes de pesquisa, que assessoram os seus respectivos diretores adjuntos. Desta forma, a gestão institucional busca adquirir a capilaridade necessária para fazer com que a tomada de decisões seja mais legitimada e de mais fácil implementação.

A preocupação com uma boa gestão sempre fez parte das principais prioridades institucionais. O IDSM construiu um contínuo diálogo positivo com outras instituições similares e com o órgão supervisor, voltado ao aprimoramento de sua gestão, acompanhando com atenção as mudanças da interpretação do marco legal da administração de OS, buscando responder de forma eficiente e apropriada às demandas que se colocam continuamente, e perseguindo a modernização dos instrumentos de gestão. Um organograma detalhado da instituição, incluindo as coordenações de cada diretoria, pode ser consultado na página do IDSM na Internet (www.mamiraua.org.br). Uma das formas de perseguir tal aprimoramento é promover, sempre que necessário, a atualização da sua infraestrutura, da sua equipe de colaboradores e dos documentos constitutivos do IDSM. A descrição pormenorizada da infraestrutura do IDSM, incluindo não apenas a sede, mas também a sua estrutura de campo, pode ser encontrada na página do IDSM na Internet (www.mamiraua.org.br).

Em 2015 a força de trabalho de Mamirauá foi de 437 pessoas. Destas, 280 são dedicadas à atividade fim, ou seja, 64,07%. Mas apenas 11,42% delas (18 pesquisadores e 9 bolsistas com mais de 12 meses na instituição, 1 ex-funcionária e 4 ex-bolsistas) formam o TNSE (técnicos de nível superior e especialistas). Além destes, há a participação nas equipes científicas de alunos dos programas de pós-graduação que desenvolvem seus estudos junto ao IDSM, e de alunos dos programas de iniciação científica (PIBIC – CNPq e bolsistas mais recentes, além de técnicos de nível médio e coletores de dados). Nos últimos anos, o crescimento da equipe científica do IDSM tem ficado muito aquém do programado junto ao MCTI na pactuação de 2009, em função das dificuldades de captação de recursos humanos de alta capacidade no interior da Amazônia e dos poucos recursos disponíveis. Uma limitação encontrada ao crescimento da equipe é o limite de 60% do orçamento efetivamente transferido a OS para uso na rubrica Pessoal. Desta forma, mesmo com doutores disponíveis, eles não podem ser imediatamente contratados sem que este limite seja ultrapassado. Por limitação orçamentária em 2015, o IDSM suspendeu o programa de capacitação em pós-graduação dos seus pesquisadores e viu-se obrigado a reduzir em 35% sua força de trabalho, entre funcionários, bolsistas, alunos e estagiários. Foram demitidos 41 funcionários contratados. Além disso, todas as gratificações de cargos comissionados foram suspensas até segunda ordem.

O Estatuto do IDSM passou por modificações em 2013 visando atender a dois principais objetivos. Primeiramente buscou-se finalizar as alterações necessárias para a adequação ao novo Código Civil brasileiro, especialmente no que se refere aos aspectos relativos à assembleia geral dos associados. Em segundo lugar, foi necessário adaptar o documento às demandas e especificações da Portaria Ministerial 967 de 21 de dezembro de 2012, que trata da regulamentação do funcionamento das OS supervisionadas pelo MCTI.

O funcionamento e a gestão do Instituto Mamirauá, uma instituição de apenas 15 anos de idade, ainda precisa de muitas alterações e atualizações visando encontrar a configuração mais adequada. Em 2013 foi necessário realizar uma modificação na estrutura da diretoria adjunta administrativa (ADM). Esta revisão buscou adotar uma estrutura mais enxuta, mais ágil e preparada para responder com velocidade e com maior eficiência às demandas diárias. E foi devido a esta necessidade de adaptação que foi feita a redução do número total de coordenações da ADM, pela fusão de coordenações já existentes, ou extinção de coordenações. Todavia, a nova estrutura administrativa do IDSM anda não funciona plenamente por conta da redução de quadros ocorrida em 2015.

Atendendo a uma solicitação da comissão de acompanhamento e avaliação (CAA), o IDSM daria início em 2014 a um planejamento estratégico voltado a identificação de novos

objetivos estratégicos, redefinição de macroprocessos e construção de indicadores. Todos estes aspectos serão extremamente relevantes para a repactuação do contrato de gestão, a ser realizada em 2016. Entretanto, o planejamento estratégico do IDSM foi uma das ações canceladas por falta de recursos financeiros a serem transferidos a tempo pelo MCTI. Também em 2015 não houve possibilidade de realizarmos este planejamento uma vez que não houve disponibilidade financeira para contratação da consultoria. Em fins de 2014, um acórdão do TCU determinou que o IDSM, bem como todas as OS supervisionadas pelo MCTI, realizasse algumas ações voltadas ao aperfeiçoamento da gestão de informações e do planejamento anual das ações. Tais determinações foram integralmente acatadas e o IDSM promoveu uma série de medidas de conformidade ao referido acórdão.

O sistema de gestão de pessoas está baseado na geração de um bom ambiente entre os empregados. Benefícios tais como seguro de vida, plano de saúde, ações de apoio à atividade física dos colaboradores, foram implementados nos últimos anos. Desde 2013 funcionava um restaurante subsidiado que beneficiava os empregados do IDSM. Porém, com a crise econômica que se abateu sobre o IDSM e a indefinição do total de recursos que seriam repassados pelo MCTI, em 2015, a instituição viu-se obrigada a reduzir suas equipes, conforme mencionado anteriormente. As ações de apoio à saúde e atividade física dos colaboradores e o funcionamento do restaurante subsidiado tiveram que ser suspensas em 2015 por razões financeiras. Também as atividades de campo foram reduzidas afetando profundamente o padrão de atividades institucionais.

A gestão de materiais e equipamentos é composto por um sistema de gestão patrimonial, que cataloga e acompanha o uso destes equipamentos, associado a uma coordenação que realiza a criação de condições de segurança para as pessoas, e que garante a manutenção de prédios, veículos, embarcações e equipamentos.

O sistema de gestão administrativa foi atualizado em 2012, quando foi adotado um sistema informatizado que interliga todos os departamentos administrativos aos seus clientes, que são os pesquisadores e extensionistas que se utilizam desses serviços. O sistema encontra-se em pleno funcionamento, mas requer periódicas atualizações e ajustes, voltados a adaptá-lo à situação particular do IDSM e as novas exigências legais vigentes no país.

O demonstrativo da evolução patrimonial do IDSM é apresentado na tabela 1 a seguir.

Tabela 1. Evolução do patrimônio adquirido com recursos do Contrato de Gestão, e sua variação percentual em 2015.

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DO CONTRATO DE GESTÃO ATÉ 31/12/2015										
BENS	2011		2012		2013*		2014**		2015***	
	\$	%	\$	%	\$	%	\$	%	\$	%
Terrenos					10.000,00	100	10.000,00	0	10.000,00	0
Edificações	1.146.311,43	100,00	1.297.619,28	13	2.105.051,63	62	2.617.458,78	24	2.617.458,78	0
Instalações	166.874,00	100,00	169.964,00	2	200.064,25	18	200.064,25	0	200.064,25	0
Máq. Apar. e Equipamentos	1.070.025,07	100,00	1.617.042,64	51	2.470.832,47	53	2.766.922,82	12	2.911.495,81	5
Equipamentos de Informática	651.089,91	100,00	821.121,18	26	1.118.669,76	36	1.657.824,80	48	1.655.724,96	0
Veículos/Embarcações	297.770,00	100,00	480.650,00	61	426.500,00	-11	441.550,00	4	441.550,00	0
Móveis e Utensílios	226.517,99	100,00	271.593,16	20	468.971,19	73	573.921,18	22	583.081,51	2
Acervo Bibliográfico	7.056,56	100,00	23.015,37	226	43.842,28	90	53.618,68	22	54.663,18	2
Imobilizações Intangíveis	142.560,38	100,00	149.383,00	5	250.598,21	68	302.109,02	21	302.109,02	0
Benfeitorias em Bens	63.530,00	100,00	352.974,80	456	487.603,40	38	536.353,40	10	671.882,62	25
Imobilizado em Andamento	148.085,66	100,00	230.473,86	56	408.819,21	77	315.385,30	-23	179.856,08	-43
TOTAL	3.919.821,00	100,00	5.413.837,29	38	7.990.952,40	48	9.475.208,23	19	9.627.886,21	2

Fonte: Deptº de Contabilidade do IDSM.

* Em 2013 ocorreu decréscimo da conta de Veículo/Embarcações devido à baixa do bem inservível (Veículo S10).

** Em 2014 houve um decréscimo na conta de Imobilizado em Andamento devido à transferência contábil para conta de Edificações

*** Em 2015 houve um decréscimo na conta de Imobilizado em Andamento devido à transferência contábil para conta Benfeitorias de Bens.

4. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Ao longo de 2015 o IDSM não recebeu recomendações da CGU ou deliberações do TCU.

Quadro 1. Recomendações da CGU

Providências Apontadas pela CGU		
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA
Entidades objeto da recomendação		
Descrição da Recomendação:		
O IDSM não recebeu nenhuma recomendação da CGU em 2015		
Providências Adotadas		
Síntese da providência adotada		
Síntese dos resultados obtidos		
Análise dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		

Quadro 2. Deliberações do TCU

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Entidades objeto da determinação e/ou recomendação					
Descrição da Deliberação:					
O IDSM não recebeu nenhuma deliberação do TCU em 2015					
Providências Adotadas					
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

O Quadro 3, a seguir, apresenta as notas obtidas pelo IDSM após a avaliação anual da instituição nos anos de 2010 a 2014.

Quadro 3. Histórico das avaliações da Comissão de Avaliação - CA do MCTI

INDICADORES	PONTUAÇÃO				
	2010	2011	2012	2013	2014
Avaliação Geral da Comissão ao IDSM	8,31	9,48	9,82	9,4	8,77

Os Quadros 4, 5 e 6 apresentam as recomendações/sugestões solicitadas pela Comissão de Avaliação do MCTI, após análise do Relatório Semestral de 2015 do IDSM.

Quadro 4. Cumprimento às Recomendações da Comissão de Avaliação do MCTI

Recomendações/Sugestões da CA	
Relatório	Item
Semestral 2015	4.1.
Descrição da Recomendação/Sugestão:	
A CA acata a justificativa da não realização do Planejamento Estratégico por falta de recursos. Entretanto reitera a recomendação de que seja realizado o Planejamento Estratégico antes do novo ciclo do contrato de gestão para o período 2016-2022	
Providências Adotadas	
Síntese da providência adotada:	
Os trabalhos desta consultoria do GEOPi ainda não foram realizados	
Síntese dos resultados obtidos:	
Recomendação não pôde ser atendida. O IDSM contatou o Prof. Sérgio Salles Filho para celebrar contrato para realização dos serviços de planejamento estratégico e início dos mesmos. Após análises jurídicas do IDSM e da Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP – FUNCAMP, o contrato foi aprovado e as primeiras ações para análise documental do IDSM tiveram início. Os problemas de caixa iniciados logo em março/2014 fizeram com que as atividades fossem adiadas, pois o IDSM não teria como assumir os primeiros pagamentos a serem realizados. Como as dificuldades financeiras de 2014 persistiram e se aprofundaram em 2015, o IDSM propôs o cancelamento do contrato, explicando a situação aos membros do grupo de consultores. Tão logo a situação financeira do IDSM seja normalizada, voltaremos a celebrar contrato visando o referido estudo. Esperamos que isso possa ocorrer em 2016, mas não há qualquer indicação de que isso seja possível.	
Análise dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Recomendação com efeito positivo que demonstra o empenho da instituição em buscar orientações que vão facilitar o Planejamento Estratégico.	

Quadro 5. Cumprimento às Sugestões da Comissão de Avaliação do MCTI

Recomendações/Sugestões da CA	
Relatório	Item
Semestral 2015	
Descrição da Recomendação/Sugestão:	
Incluir no Relatório informações sobre as atividades desenvolvidas no âmbito do CVT tais como módulos disciplinares, número e procedência dos alunos, informações sobre aplicação dos recursos na atividade, parceiros, e outras informações consideradas pertinentes	
Providências Adotadas	
Síntese da providência adotada:	
As informações solicitadas pela Comissão de Avaliação sobre o CVT encontram-se na Parte II deste Relatório, no Anexo III.	
Síntese dos resultados obtidos:	
Material presente neste Relatório para análise pela Comissão de Avaliação.	
Análise dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Recomendação com efeito positivo que demonstra o empenho da instituição em valorizar a formação técnica de comunitários para trabalharem em prol de suas comunidades e contribuir com o alcance da missão institucional.	

Quadro 6. Cumprimento às Sugestões da Comissão de Avaliação do MCTI

Recomendações/Sugestões da CA	
Relatório	Item
Semestral 2015	
Descrição da Recomendação/Sugestão:	
As atividades mais relevantes desenvolvidas pelo IDSM, constante ou não do Contrato de Gestão, devem constar do relatório, mesmo que de forma sucinta.	
Providências Adotadas	
Síntese da providência adotada:	
As informações solicitadas pela Comissão de Avaliação encontram-se neste Relatório no item 1, página 11, de forma sucinta. Conforme posição da controladoria interna do MCTI, o relatório de gestão anual deve focar nas ações relacionadas ao financiamento estabelecido pelo contrato de gestão.	
Síntese dos resultados obtidos:	
Material presente neste Relatório para conhecimento da Comissão de Avaliação.	
Análise dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Recomendação com efeito positivo que demonstra o empenho da instituição em realizar atividades além daquelas programadas no Contrato de Gestão.	

5. INDICADORES DE DESEMPENHO

Os seis macroprocessos pactuados para a atuação institucional têm sua performance analisada por meio de 15 indicadores.

O Macroprocesso 1, “Produção Científica” tem cinco indicadores: índice geral de publicações por ano; índice de publicações indexadas dos pesquisadores do IDSM ao ano; índice de publicações indexadas abrangente de pesquisadores e colaboradores do IDSM ao ano; índice de publicações não-indexadas reunindo todo tipo de produção científica não-indexada do IDSM ao ano, e número de eventos de difusão científica do IDSM.

O Macroprocesso 2, “Disseminação Tecnológica”, reflete o nível de disseminação do conhecimento produzido pelo IDSM através de um indicador: Número de eventos de disseminação das experiências e melhores práticas do IDSM (EDEMP) ao ano.

O Macroprocesso 3, “Manejo Sustentável”, apresenta o desenvolvimento de processos de manejo sustentável de recursos naturais, replicáveis dentro e fora das RDSM e RDSA e tem cinco indicadores: Número cumulativo de rotinas de abordagem elaboradas para diferentes contextos de manejo sustentável de recursos naturais (NCRAb); índice de clareiras de derrubada nas áreas de manejo florestal comunitário; número cumulativo de cartilhas sobre uso sustentável de recursos naturais publicadas e aplicadas (NCCPA); índice de pirarucus manejados nas RDSM e RDSA com tamanho superior ao limite ideal de abate; índice de comunidades realizando atividades de manejo dos recursos naturais nas RDSM e RDSA.

O Macroprocesso 4 trata da “Qualidade de Vida” experimentando a implementação de processos e tecnologias sociais para contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população ribeirinha e medindo seus impactos nesta qualidade, e possui um indicador que registra as comunidades beneficiadas por esses experimentos nas duas Reservas.

O Macroprocesso 5, “Tecnologias de Gestão” trata de processos desenvolvidos para promover a gestão participativa nas Reservas Mamirauá e Amanã e que possam ser replicados para outras áreas protegidas. O macroprocesso tem dois indicadores: índice de participação de lideranças-ano capacitadas pelo IDSM e índice de setores da RDSM e da RDSA nos quais há atuação de Agentes Ambientais Voluntários.

O Macroprocesso 6, que trata do “Desenvolvimento Institucional”, tem três indicadores: alavancagem mínima de recursos fora do contrato de gestão no IDSM; taxa de atraso dos pagamentos do IDSM ao ano e proporção de funcionários da área administrativa no total da equipe do IDSM ao ano.

O desempenho do IDSM é acompanhado e avaliado pelos indicadores referentes a cada macroprocesso apresentado acima. As metas destes indicadores para 2015 podem ser vistas no Anexo I. Um detalhamento do cálculo e das prospecções de cada um encontra-se na memória técnica no Anexo II.

Macroprocesso 1: Produção Científica

Este macroprocesso trata da produção e da produtividade científica da instituição, contabilizando os resultados das pesquisas voltadas para subsidiar a conservação da biodiversidade, o seu uso sustentável e o desenvolvimento social na Amazônia.

O quadro 7 abaixo mostra o número de publicações produzidas por membros do IDSM, estudantes e pesquisadores externos colaboradores de outras instituições no ano de 2015. O quadro 9 mostra a evolução do desempenho institucional entre os anos 2010 e 2015.

O número de técnicos de nível superior e especialistas (TNSE) contabilizados para fins do cálculo do indicador foi de 32 (18 pesquisadores, 9 bolsistas com no mínimo 12 meses de

atuação no IDSM, mais 1 ex-funcionária e 4 ex-bolsistas com produção indexada no período) (quadro 8). O apêndice 1 mostra o quadro de pessoal do IDSM com pesquisadores contratados e bolsistas do CNPq (PI) além de pesquisadores externos colaboradores (PE) e estudantes (E). O apêndice 2 contém a lista de publicações contabilizadas nos indicadores 1 a 4.

Quadro 7. Número de publicações por categoria em 2015.

Tipo de produção	Publicações indexadas	Livros e Capítulos de livros	Resumos em congressos	Documentos de graduação e pós-graduação	Total
Membros do IDSM (PI)	32	3	95	1	131
Colaboradores (PE)	13	n/a	n/a	n/a	13
Estudantes (E)	n/a	n/a	n/a	13	13
Total	45	3	95	14	157

n/a: não se aplica

Quadro 8. Quadro de pessoal contabilizado.

Tipo de colaborador	Nº	Apêndices
Membros do IDSM (PI) – TNSE	18	1.1. e 1.2.
Estudantes (E)	13	1.3.
Ex-funcionária com produção indexada no período (PI)	1	1.4.
Ex-bolsistas com produção indexada no período (PI)	4	1.4.
Colaboradores (PE)	9	1.5.
Total	45	

Quadro 9. Evolução do desempenho institucional em relação ao Macroprocesso 1

Indicadores do Macroprocesso 1	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1. Índice Geral de Publicação (IGPub) no ano	1,10	1,17	0,93	1,78	1,00	1,1
2. Índice de Publicações Indexadas (IPub-I) do IDSM ao ano.	0,51	0,6	0,68	1,07	0,8	1,0
3. Índice de Publicações Indexadas Abrangente (Ipub-IA) de pesquisadores e colaboradores do IDSM ao ano.	0,31	0,69	0,76	1,09	0,86	1,1
4. Índice de Publicações não-Indexadas (IPuNI), reunindo todo tipo de produção científica não indexada realizada no IDSM ao ano.	2,37	2,00	2,78	3,66	3,02	2,5
5. Número de eventos de difusão científica promovidos (EDCP) pelo IDSM ao ano.	6	6	6	5	3	5

Indicador 1 – Índice Geral de Publicação (IGPub) ou Produtos Científicos por Ano**1.1. Apresentação**

Este indicador demonstra a efetividade dos trabalhos de pesquisa medindo a produtividade global dos membros do IDSM para os diversos tipos de produção científica publicada.

1.2. Alcançado no ano

No ano de 2015 houve um total de trinta e cinco (35) publicações indexadas e não indexadas, mas com ISSN ou ISBN produzidas por membros do IDSM como autores principais ou como coautores. A lista de publicações contabilizadas para este indicador se encontra no apêndice 2. O número de técnicos de nível superior e especialistas (TNSE) contabilizados para o cálculo do indicador foi de 32 (18 pesquisadores + 9 bolsistas com mais do que 12 meses de atuação + mais 1 ex-funcionária e 4 ex-bolsistas com produção indexada no período).

Indicador 1		
Descrição		Índice Geral de Publicação (IGPub) ou produtos científicos por ano.
Unidade		N
Tipo		Efetividade
Peso		2
Finalidade		Medir a produção científica indexada e não indexada dos membros do IDSM.
Limitações		Muitas produções não-indexadas são de difícil comprovação e não são computadas adequadamente.
Aderência ao Macroprocesso		A Produção Científica inclui publicações indexadas e não-indexadas.
Aderência ao Objetivo Estratégico		A produtividade científica da instituição subsidia a conservação da biodiversidade, o seu uso sustentável e o desenvolvimento social na Amazônia.
Fórmula de Cálculo		<p>São contabilizados todos os artigos científicos publicados em periódicos indexados e não-indexados, mas com ISSN, e todos os livros ou capítulos de livros avaliados pelos pares (por comitê editorial), com ISBN, publicados pelos membros do IDSM (como autores principais ou co-autores) no ano referente à análise. Foi seguida a fórmula:</p> $\text{IGPub} = \frac{\text{NGPUB}}{\text{TNSE}} \quad \text{IGPub} = 35/32 = 1,1$ <p>Onde: NGPUB = (32 artigos publicados em periódicos indexados + 3 capítulos de livros) = 35 publicados no ano de 2015 TNSE = 32 "Técnicos de Nível Superior e Especialistas" vinculados diretamente à atividade de pesquisa (pesquisadores e bolsistas), com 12 ou mais meses atuando no IDSM no momento da análise (18 funcionários e 9 bolsistas com 12 meses de atuação no IDSM mais 1 ex-funcionária e 4 ex-bolsistas com produção indexada no período). Ver apêndice 1.</p>
Fonte da Informação		Registros da produção científica geral do IDSM.
Meta Pactuada	0,95	Meta desafiadora pelo pequeno quadro de pesquisadores do IDSM.
Meta Realizada	1,1	Meta alcançada. No entanto, destacamos que devido às dificuldades financeiras enfrentadas alguns artigos foram retirados de revistas com maior impacto devido as altas taxas de

	publicação envolvidas. Alguns desses foram enviados para outras revistas de menor impacto, enquanto outros somente serão submetidos quando houver recursos para a publicação nos veículos de interesse.
--	---

Indicador 2 – Índice de Publicações Indexadas (IPub-I) dos Pesquisadores do IDSM ao Ano

2.1. Apresentação

Este indicador demonstra a eficiência dos trabalhos de pesquisa medidos pela produtividade científica indexada dos membros do IDSM.

2.2. Alcançado no ano

Em 2015, trinta e duas (32) publicações indexadas foram produzidas por membros do IDSM como autores ou coautores. A lista de publicações contabilizadas para este indicador se encontra no apêndice 2. O número de técnicos de nível superior e especialistas (TNSE) contabilizados para o cálculo do indicador foi de 32 (18 pesquisadores, 9 bolsistas com no mínimo 12 meses de atuação no IDSM, mais 1 ex-funcionária e 4 ex-bolsistas com produção indexada no período).

Indicador 2	
Descrição	Índice de Publicações Indexadas (IPub-I) dos Pesquisadores do IDSM ao Ano.
Unidade	N
Tipo	Eficiência
Peso	3
Finalidade	Apresentar a publicação de artigos científicos dos membros do IDSM em periódicos indexados por indexadores internacionais, e com ISSN.
Limitações	Não há
Aderência ao Macroprocesso	A Produção Científica é medida principalmente por publicações indexadas.
Aderência ao Objetivo Estratégico	A produtividade científica da instituição subsidia a conservação da biodiversidade, o seu uso sustentável e o desenvolvimento social na Amazônia.
Fórmula de Cálculo	São contabilizados todos os artigos científicos publicados em periódicos indexados em indexadores internacionais, e com ISSN. Foi usada a seguinte fórmula: $\text{IPub-I} = \frac{\text{NPUBI}}{\text{TNSE}} \quad \text{IPub-I} = \frac{32}{32} = 1,0$ <p>Onde: NPUBI = 32 artigos publicados em periódicos indexados no ano da análise com membros do</p>

		IDSME como autores principais ou coautores. TNSE = 32 "Técnicos de Nível Superior e Especialistas" vinculados diretamente à atividade de pesquisa (pesquisadores e bolsistas), com 12 ou mais meses atuando no IDSME no momento da análise (18 funcionários, 9 bolsistas com 12 meses de atuação no IDSME, mais 1 ex-funcionária e 4 ex-bolsistas com produção indexada no período). Ver apêndice 1.
Fonte da Informação		Consulta aos registros de produção científica indexada do IDSME.
Meta Pactuada	0,8	Meta altamente desafiadora pelo pequeno grupo de pesquisadores e difícil acesso às revistas indexadas, que é muito competitivo.
Meta Realizada	1,0	Meta alcançada. No entanto, destacamos que devido às dificuldades financeiras enfrentadas alguns artigos foram retirados de revistas com maior impacto devido as altas taxas de publicação envolvidas. Alguns desses foram enviados para outras revistas de menor impacto, enquanto outros somente serão submetidos quando houver recursos para a publicação nos veículos de interesse.

Indicador 3 – Índice de Publicações Indexadas Abrangente (Ipub-IA) de Pesquisadores e Colaboradores do IDSME ao Ano

3.1. Apresentação

Este indicador demonstra a eficiência dos trabalhos combinados de pesquisa com colaboradores externos, medidos pela produtividade científica indexada dos membros do IDSME juntamente com a dos seus colaboradores externos (de outras instituições).

3.2. Alcançado no ano

Em 2015 houve 45 publicações indexadas realizadas por membros do IDSME e/ou colaboradores externos como autores ou coautores (com resultados dos trabalhos desenvolvidos em colaboração). A lista de publicações contabilizadas para este indicador se encontra no apêndice 2. O número de técnicos de nível superior e especialistas (TNSE) contabilizados para o cálculo do indicador foi de 32 (18 funcionários, 9 bolsistas com 12 meses de atuação no IDSME, mais 1 ex-funcionária e 4 ex-bolsistas com produção indexada no período). O número de pesquisadores colaboradores externos (CE) associados atuando em 2015 foi de nove (9). Portanto, o TNSE + CE ficou em 41.

Indicador 3	
Descrição	Índice de Publicações Indexadas Abrangente (Ipub-IA) de Pesquisadores e Colaboradores do IDSM ao Ano.
Unidade	N
Tipo	Eficiência
Peso	3
Finalidade	Medir a produção dos trabalhos de pesquisa indexados com a participação da equipe do IDSM e de colaboradores externos (de outras instituições).
Limitações	A dificuldade do IDSM de acompanhar e registrar a produção científica dos colaboradores externos.
Aderência ao Macroprocesso	A Produção Científica é representada por publicações e por colaborações externas.
Aderência ao Objetivo Estratégico	A produtividade científica da instituição subsidia a conservação da biodiversidade, o seu uso sustentável e o desenvolvimento social na Amazônia.
Fórmula de Cálculo	<p>São contabilizados todos os artigos científicos publicados em periódicos indexados em indexadores internacionais, e com ISSN.</p> $\text{IPub-IA} = \frac{\text{NPUBIC}}{(\text{TNSE} + \text{CE})}$ <p>IPub-IA = (32+13)/(32+9) = 45/41 = 1,1</p> <p>Onde:</p> <p>NPUBIC = 45 artigos publicados em periódicos indexados no ano da análise com membros do IDSM ou seus colaboradores externos como autores principais ou coautores (estes artigos devem versar sobre os temas de trabalho do IDSM, sobre as RDSM e RDSA, ou suas populações ou espécies, e/ou produzidos por meio de suporte institucional do IDSM). Ver listagem no apêndice 2.</p> <p>TNSE = 32 (18 pesquisadores, 9 bolsistas com no mínimo 12 meses de atuação no IDSM, mais 1 ex-funcionária e 4 ex-bolsistas com produção indexada no período). Ver apêndice 1.</p> <p>CE = 09 colaboradores externos que realizaram pesquisas em colaboração com o IDSM, e com seus pesquisadores. Foram contabilizados colaboradores que tiveram seu trabalho de pesquisa apoiado pelo IDSM (em termos de recursos financeiros e/ou infraestrutura e/ou logística). Ver apêndice 1.</p>
Fonte da Informação	Consulta aos registros da produção científica indexada do IDSM e de seus colaboradores

		externos.
Meta Pactuada	0,86	A meta a ser alcançada é imprevisível porque é difícil haver governança do IDSM sobre a produção científica de colaboradores externos.
Meta Realizada	1,1	Meta alcançada. No entanto, destacamos que devido as dificuldades financeiras enfrentadas alguns artigos foram retirados de revistas com maior impacto devido as altas taxas de publicação envolvidas. Alguns desses foram enviados para outras revistas de menor impacto, enquanto outros somente serão submetidos quando houver recursos para a publicação nos veículos de interesse. Destacamos ainda que todos os apoios a pesquisadores externos foram cancelados e/ou suspensos em 2015, o que deverá impactar profundamente a produção em colaboração nos próximos anos.

Indicador 4 – Índice de Publicações não indexadas (IpuNI), Reunindo todo tipo de Produção Científica não Indexada Realizada no IDSM ao Ano

4.1. Apresentação

Este indicador reflete a efetividade dos trabalhos de pesquisa medidos pela produtividade global dos membros do IDSM para os diversos tipos de produção científica.

4.2. Alcançado no ano

Em 2015 foram produzidos 3 capítulos de livros, 95 resumos não indexados por pesquisadores internos e 14 documentos de conclusão graduação ou pós-graduação (6 monografias, 6 dissertações e 2 teses). A lista de publicações contabilizadas para este indicador se encontra no apêndice 2. Para contabilizar o indicador foram considerados 32 técnicos de nível superior e especialistas e 13 estudantes atuando junto ao IDSM em 2015, totalizando 45 pesquisadores.

Indicador 4	
Descrição	Índice de publicações não indexadas (IpuNI) reunindo todo tipo de produção científica não indexada realizada no IDSM ao ano.
Unidade	N
Tipo	Efetividade
Peso	2
Finalidade	Medir a produtividade global dos membros do IDSM contabilizando os diversos tipos de produção científica.
Limitações	O número de estudantes de graduação e de pós-graduação que optam por realizar seus

		trabalhos de conclusão de curso sob a supervisão da equipe de pesquisadores do IDSM varia a cada ano e não há muita governança institucional neste aspecto. Boa parte da produção não indexada é de difícil comprovação ou registro.
Aderência ao Macroprocesso		A Produção Científica inclui todo tipo de publicação (livros e capítulos de livros, resumos em eventos científicos, documentos de conclusão de graduação e pós-graduação).
Aderência ao Objetivo Estratégico		A produtividade científica da instituição subsidia a conservação da biodiversidade, o seu uso sustentável e o desenvolvimento social na Amazônia.
Fórmula de Cálculo		<p>São contabilizados todos os produtos científicos não indexados publicados pelos membros do IDSM (como autores principais ou coautores), somados aos bolsistas e estudantes apoiados pelo IDSM no ano referente à análise.</p> $\text{IPuNI} = \frac{\text{NPCNI}}{\text{TNSE}}$ $\text{IPuNI} = (3+95+14)/(32+13) = 2,5$ <p>Onde:</p> <p>NPCNI = 112 produtos científicos não indexados (3 capítulos de livros + 95 resumos em eventos científicos publicados + 14 documentos de conclusão de curso) desenvolvidos por orientandos ou coorientandos dos membros do IDSM tais como monografias, dissertações e/ou teses apoiadas pelo IDSM executados no período da análise. Ver apêndice 2.</p> <p>TNSE = 32 “Técnicos de Nível Superior e Especialistas” vinculados diretamente à atividade de pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), e 13 estudantes autores de trabalho considerado na mensuração do indicador (presentes no numerador – NPCNI). Ver apêndice 1.</p>
Fonte da Informação		Consulta aos registros de produção científica geral do IDSM.
Meta Pactuada	4,0	Meta imprevisível face não se ter governança sobre o número de estudantes que poderiam contribuir com seus trabalhos de conclusão de graduação ou pós-graduação.
Meta Realizada	2,5	Meta não alcançada. O apoio para participação em eventos científicos para pesquisadores do IDSM deixou de ser concedido desde meados de 2014. A localização geográfica da sede

	institucional dificulta a rápida, fácil e barata participação dos pesquisadores do IDSM nos eventos científicos de interesse. Destacamos também que o apoio a programa de capacitação em pós-graduação foi suspenso em 2015. Também houve uma redução bastante grande no volume de recursos destinados à produção impressa, o que deverá impactar a produção de monografias, dissertações e teses apoiadas pelo IDSM futuramente.
--	---

Indicador 5 – Número de Eventos de Difusão Científica (EDCP) Promovidos pelo IDSM ao Ano

5.1. Apresentação

Este indicador demonstra a eficácia do IDSM na promoção de eventos científicos, voltados à divulgação e incentivo da produção científica de seus membros, alunos, estagiários e parceiros externos.

5.2. Alcançado no ano

Em 2015 foram promovidos cinco eventos de difusão científica (os Seminários Parciais e Finais dos Programa de Iniciação Científica Júnior, do Programa de Iniciação Científica Sênior, com participação dos bolsistas e PAITI e o SIMCON). A programação dos eventos está no anexo IV, na parte II do relatório.

Seminário Parcial PIBIC Júnior CNPq:

Realizado na sede do IDSM, no dia 06 de março de 2015 o Seminário Parcial do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior PIBIC Jr. do Convênio CNPq-IDSM contou com a apresentação de 09 projetos em andamento (Anexo IV). O objetivo deste evento foi contribuir com o desenvolvimento dos bolsistas PIBIC Jr., visando seu aprimoramento na área da pesquisa, através da avaliação dos projetos em andamento. Os projetos apresentados foram avaliados pelo Comitê PIBIC - IDSM com a presença de outros pesquisadores da instituição e avaliadores externos da Universidade Estadual do Amazonas (UEA- CEST/Tefé).

Seminário Parcial PIBIC Sênior CNPq:

Realizado na sede do IDSM, nos dias 05 e 06 de março de 2015, o Seminário Parcial do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Sênior (PIBIC Sr) do Convênio CNPq-IDSM contou com a apresentação de 14 projetos em andamento (Anexo IV). O objetivo deste evento foi contribuir com o desenvolvimento dos bolsistas PIBIC Sr., visando seu aprimoramento na área da pesquisa, através da avaliação dos projetos em andamento. Os projetos apresentados foram avaliados pelo Comitê PIBIC - IDSM com a presença de outros pesquisadores da instituição e avaliadores externos da Universidade Estadual do Amazonas (UEA- CEST/Tefé).

SIMCON:

Entre os dias 01 e 03 de julho de 2015, o Instituto Mamirauá realizou em Tefé, Amazonas, a décima segunda edição do seu Simpósio sobre Conservação e Manejo Participativo na Amazônia. No evento foram realizadas 04 palestras por pesquisadores convidados e 100 trabalhos foram apresentados, cobrindo diferentes temas das ciências sociais, naturais e tecnológicas. Ver Anexo IV. Cerca de 360 pessoas participaram do evento presencialmente ou pela internet. O Simpósio tem por objetivo promover a divulgação científica e o debate sobre a conservação da biodiversidade, o manejo de recursos naturais, a gestão de áreas protegidas e os modos de vida das populações tradicionais. É um evento que promove a interação acadêmica interdisciplinar, gerando diálogo entre pesquisadores de diferentes campos do conhecimento.

Seminário Final PIBIC Júnior CNPq:

Durante o dia 03 de agosto de 2015 os bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Jr. CNPq - IDSM/OS-MCTI apresentaram os resultados de suas pesquisas. 08 trabalhos foram apresentados e ao final do evento os dois melhores trabalhos foram premiados. A programação do evento é apresentada no Anexo IV.

Seminário Final PIBIC Sênior CNPq:

Durante os dias 03 e 04 de agosto de 2015 os bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Sr. CNPq - IDSM/OS-MCTI apresentaram os resultados de suas pesquisas. 13 trabalhos foram apresentados e ao final do evento os dois melhores trabalhos foram premiados. A programação do evento é apresentada no Anexo IV.

Indicador 5	
Descrição	Número de eventos de difusão científica (EDCP) promovidos pelo IDSM ao ano.
Unidade	N
Tipo	Eficácia
Peso	2
Finalidade	Medir a promoção de eventos científicos voltados à divulgação e incentivo da produção científica da equipe do IDSM, de alunos, estagiários e parceiros externos.
Limitações	Não há
Aderência ao Macroprocesso	A Produção Científica também é medida pelo grau de intercâmbio e participação de colaboradores externos.
Aderência ao Objetivo Estratégico	A participação da equipe do IDSM na elaboração e participação dos cursos e seminários possibilita uma avaliação e aprimoramento dos trabalhos realizados e uma melhor divulgação da produção científica no ano.
Fórmula de Cálculo	Contagem direta dos eventos científicos promovidos pelo IDSM no ano da análise.
Fonte da Informação	Levantamento da programação dos eventos científicos constando os trabalhos

		apresentados e a relação de participantes
Meta Pactuada	5	Meta dimensionada neste limite, que corresponde a capacidade (tempo, recursos) que o IDSM dispõe para executá-la.
Meta Realizada	5	Meta alcançada, mas um dos eventos de difusão, normalmente realizado pelo IDSM, já não ocorre há dois anos devido a indisponibilidade de recursos financeiros.

Macroprocesso 2 : Disseminação Tecnológica

Este macroprocesso trata da disseminação para outras áreas da Amazônia de processos e tecnologias que foram desenvolvidas e/ou testadas pelo Instituto Mamirauá nas Reservas Mamirauá e Amanã.

Indicador 6 – Número de Eventos de Disseminação das Experiências e Melhores Práticas do IDSM (EDEMP) ao Ano

6.1. Apresentação

Este indicador mostra a eficácia dos programas do IDSM voltados ao desenvolvimento de processos de manejo de recursos naturais e de incremento da qualidade de vida, na disseminação desses processos e tecnologias desenvolvidos pela instituição por meio da realização de cursos e treinamentos para potenciais multiplicadores destas experiências em outras localidades da Amazônia. Tanto na região do Médio Solimões, e mesmo em outros estados e países da Pan-Amazônia.

6.2. Alcançado no ano

Em 2015 foi realizado apenas um curso para multiplicadores, da experiência sobre gestão compartilhada de recursos pesqueiros com foco no manejo do pirarucu. Outros três cursos planejados não foram realizados por falta de recursos financeiros.

Indicador 6	
Descrição	Número de eventos de disseminação das experiências e melhores práticas do IDSM (EDEMP) ao ano.
Unidade	N
Tipo	Eficácia
Peso	3
Finalidade	Este indicador mostra a eficácia dos programas do IDSM voltados ao desenvolvimento de processos de manejo de recursos naturais e de incremento da qualidade de vida, na disseminação de processos e tecnologias desenvolvidos pela instituição por meio da realização de cursos e treinamentos para potenciais multiplicadores

		destas experiências do IDSM em outras localidades da Amazônia, na região do médio Solimões, e mesmo em outros estados e países da Pan-Amazônia.
Limitações		Não há
Aderência ao Macroprocesso		A Disseminação Tecnológica é medida pela realização de eventos, cursos e treinamentos voltados à geração de multiplicadores.
Aderência ao Objetivo Estratégico		Os cursos e treinamentos oferecidos pelo IDSM a técnicos de outras instituições do estado, de outras regiões e do exterior funcionam como multiplicadores das experiências e trabalhos desenvolvidos pela equipe do IDSM.
Fórmula de Cálculo		Contagem direta dos cursos acerca do desenvolvimento de processos e tecnologias desenvolvidos pelo IDSM no ano.
Fonte da Informação		Relatórios de atividades dos programas de manejo de recursos naturais do IDSM.
Meta Pactuada	4	Meta apropriada em função do tamanho e disponibilidade da equipe do IDSM
Meta Realizada	1	Meta não atingida por falta de recursos financeiros

Macroprocesso 3: Manejo Sustentável

O objetivo do macroprocesso é desenvolver processos de manejo sustentável de recursos naturais que possam ser replicáveis dentro e fora das Reservas Mamirauá e Amanã.

Indicador 7 – Número Cumulativo de Rotinas de Abordagem elaboradas para diferentes contextos de manejo sustentável de recursos naturais (NCRAb).

7.1. Apresentação

Este indicador mostra a eficácia do desenvolvimento dos sistemas de manejo de recursos naturais implementados ou promovidos pelo IDSM, e sua adequação a distintas realidades ambientais e sociais encontradas na sua fase de implantação. Cada um dos sistemas de manejo desenvolvidos e adaptados pelo IDSM precisa ser ajustado a casos especiais em função das particularidades ambientais ou em função da realidade social dos manejadores. A elaboração de “protocolos” ou “rotinas de abordagem” para guiar e documentar estes ajustes, e abordar cada uma destas distintas realidades mede a eficácia dos sistemas de manejo, de sua capacidade de adaptação e de seu potencial de replicação. O indicador tenta demonstrar que os diferentes sistemas de manejo em curso ou em preparação no IDSM se dirigem a uma adaptação às condições sociais e ambientais de cada caso. Atualmente são implementados ou promovidos pelo IDSM sistemas de manejo nas seguintes áreas:

1. Recursos turísticos ou cênicos
2. Recursos pesqueiros para fins alimentares
3. Recursos pesqueiros para fins ornamentais

4. Recursos florestais madeireiros
5. Recursos florestais não madeireiros
6. Recursos faunísticos

O método de cálculo deste indicador é obtido pela contagem cumulativa direta de protocolos elaborados e publicados pelo IDSM sobre as distintas adaptações dos sistemas de manejo para as distintas realidades socioambientais abordadas em campo.

7.2. Alcançado no ano

Foi concluída a elaboração de mais uma rotina/protocolo, que trata da experiência de manejo, armazenamento e transporte de caranguejo uçá. Até 2015 foram publicados no sítio do IDSM na Internet sete protocolos. Dois sobre duas diferentes modalidades de pesca manejada de pirarucus, um sobre a pesca de peixes ornamentais, um sobre turismo de base comunitária, um sobre manejo florestal comunitário (recursos madeireiros), um sobre manejo de jacarés e este mais recente sobre manejo de caranguejos.

Indicador 7	
Descrição	Número Cumulativo de Rotinas de Abordagem elaboradas para diferentes contextos de manejo sustentável de recursos naturais (NCRAb).
Unidade	N
Tipo	Eficácia
Peso	3
Finalidade	Medir o desenvolvimento de sistemas de manejo de recursos naturais implementados ou promovidos pelo IDSM, e sua adequação a distintas realidades ambientais e sociais encontradas na sua fase de implantação e multiplicação.
Limitações	Não há.
Aderência ao Macroprocesso	O Manejo Sustentável desenvolvido pelo IDSM destina-se também à multiplicação em outras áreas similares. Protocolos são importantes instrumentos desta multiplicação.
Aderência ao Objetivo Estratégico	O indicador mede a eficácia dos sistemas de manejo, de sua capacidade de adaptação e de seu potencial de replicação.
Fórmula de Cálculo	Contagem direta cumulativa das rotinas de abordagem ou protocolos de manejo sustentável de recursos naturais apropriados para diferentes contextos socioambientais.
Fonte da Informação	São as publicações dos programas de manejo de recursos naturais do IDSM.
Meta Pactuada	7
	Meta realista por demonstrar a capacidade de atendimento da elaboração de um protocolo

		por ano.
Meta Realizada	7	Meta atingida com a conclusão e publicação no sítio do IDSM na Internet de mais um protocolo de manejo.

Indicador 8 – Índice de Clareiras de Derrubada (ICD) nas áreas de Manejo Florestal Comunitário.

8.1. Apresentação

Este indicador mede a efetividade das medidas de manejo e da atuação dos responsáveis pelo Programa de Manejo Florestal Comunitário (PMFC), ambas aferidas pelo acompanhamento da quantidade de habitat convertido por ano para fins madeireiros. Por recomendação da Comissão de Avaliação, o índice passou a ser calculado por meio da divisão entre o somatório do tamanho das clareiras abertas (em m²) pelo somatório da área manejada (em hectares).

Uma interferência de manejo deve, por princípio, promover o menor impacto possível na floresta. Em áreas de extração tradicional ou convencional e não manejada de madeira o impacto da atividade pode ser medido por vários meios. Um deles é o tamanho médio das clareiras formadas. Num cálculo que envolve um grande número de clareiras, em áreas de exploração de tamanho variável, este impacto foi calculado como cerca de 800 m² por hectare de floresta, nos quais 12 árvores, em média, são derrubadas para cada árvore a ser explorada.

Nas áreas de manejo comunitário que recebem apoio técnico-científico do IDSM, almejamos reduzir este valor médio de área à metade ou mesmo menos que isto. Nos anos anteriores a 2010, quando o V0 foi definido, o tamanho médio do impacto foi calculado em 400 m² por hectare de floresta explorada. Espera-se que este impacto seja reduzido em 20% paulatinamente até atingir os níveis inferiores a 320 m² ao longo do período de 2011 a 2015. Assim, 320 m² por hectare por ano será o limite superior da meta ao final do período, e não poderá ser ultrapassado. Para cada ano haverá uma redução de 20m² na meta da medida.

O Conselho de Administração do IDSM posicionou-se a favor de alterar a fórmula de cálculo deste indicador. Esta posição foi inicialmente enunciada em 2011, quando o Conselho sugeriu que fosse calculado um Indicador de Eficiência do Manejo Florestal (IEMF), no qual o volume (m³) de madeira produzida nas áreas de manejo seria dividido pela área das clareiras abertas para tal manejo (m²). A comissão de avaliação deliberou que este cálculo poderia ser feito, e os resultados apresentados nos relatórios subsequentes, mas que a fórmula original de cálculo deveria ser mantida. Em 2013 o Conselho reafirmou sua posição de que a fórmula de cálculo deve ser alterada. Esta posição foi compartilhada pelos membros do IDSM, que consideram o indicador proposto pelo Conselho como de maior significância, por incluir um conjunto maior de parâmetros relevantes para o manejo florestal comunitário.

8.2. Alcançado no ano

O último relatório, relativo ano de 2014, contava com informações parciais por conta da ausência de dados da exploração de uma das áreas de manejo, a saber, a da Restinga do Cedro, na comunidade de Vista Alegre, que se encontrava inacessível por conta do baixo nível da água. Desta maneira, contando hoje com valores atualizados, provenientes de medições de clareiras realizadas em janeiro de 2015, informamos os novos valores de ICD (740.2), e de IEMF (26×10^{-3} m) para o ano de 2014. Nossas indicações de que o ICD do ano de 2014 sofreu queda em relação a 2013 se mantém, assim como a afirmação de aumento da Eficiência do Manejo

Florestal, representada pelo índice IEMF, que com os novos valores destaca-se ainda mais dos anos anteriores em uma tendência positiva.

No ano de 2015, três explorações florestais de impacto reduzido foram realizadas nas áreas das comunidades de Nova Bethânia, Barroso e Bate Papo (Ver tabela 2). Seguindo orientações metodológicas que sugerem a avaliação do impacto no momento da exploração, a fim de aumentar a confiabilidade dos dados, as avaliações das clareiras nestas áreas foram realizadas acompanhando a atividade exploratória no momento em que ocorriam, durante o mês de janeiro de 2015. Neste relatório as informações ainda possuem caráter provisório, já que nem todas as áreas licenciadas foram exploradas neste primeiro momento, por conta de fatores ambientais impeditivos, como o nível da água, e também em resposta ao mercado, que não contava com compradores neste primeiro período do ano propenso à exploração.

As três comunidades (Nova Bethânia, Barroso e Bate Papo) assessoradas pelo IDSMM realizaram a exploração de 156 árvores. Destas, 110 tiveram suas áreas de clareira dimensionadas. A diferença entre estes dois valores representa as áreas de clareiras remanescentes (46 árvores), que deveriam ser visitadas no mês de outubro de 2015, em uma das restingas exploradas na comunidade do Bate Papo, mas por falta de recursos financeiros não foi possível a equipe ir a campo fazer as medições. Então, a análise dos dados apresentados neste relatório precisa ainda ser concluída em 2016.

Considerando a exploração realizada nos 101,19 ha licenciados para exploração nas comunidades supracitadas, a área total das clareiras abertas foi de 19.861,05 m². A divisão destes valores (Σ área de clareiras/ Σ hectare) caracteriza o Índice de Clareiras de Derrubada (ICD), que para esta estimativa parcial do ano de 2015 é representado pelo valor de 196,3 m²/ha (Tabela 3). Preliminarmente, podemos dizer que este valor encontra-se abaixo da meta definida para este índice, que previa uma área inferior a 340 m²/ha para 2015. Uma comparação estatística com os dados de 2014 e anos anteriores ainda não pode ser realizada por conta do caráter provisório das informações de 2015. Como somente três comunidades exploraram suas áreas de manejo, e como cada uma delas possui peculiaridades quanto a espécies e volume explorado, uma comparação direta ou mesmo parcial fica comprometida. No entanto, quando analisamos dados isolados de IEMF, podemos verificar um aumento de eficiência, continuando a tendência positiva observada na sequência 2011/2013/2014. Como a fórmula para obtenção deste índice está diretamente relacionada a dados proporcionais e intrínsecos de cada área explorada (Área de Clareira Aberta e Volume Explorado), os resultados são independentes, não carecendo de informações da exploração completa. O valor de IEMF para as áreas até então exploradas é de 47×10^{-3} m.

Acreditamos, assim como nos anos anteriores, que estes valores variam em função da espécie explorada (por sua arquitetura e presença/ausência de lianas), e do indivíduo selecionado (altura, DAP, volume de copa, etc.). A variância encontrada para as medidas sugere que a mesma varia em função das árvores exploradas a cada ano. Notavelmente, este ano de 2015, por ocasião do XIV Encontro de Manejadores Florestais da Reserva de Desenvolvimento Mamirauá, sugerimos um fator adicional que pode contribuir para a variação do tamanho da área das clareiras, que é o teor de umidade do solo. Segundo os manejadores, suas experiências lhes mostram que a quantidade de água no solo no momento do corte, vinculada ao tempo entre o momento da exploração e a regressão das águas da cheia, influencia a maneira como a queda da árvore explorada afeta as árvores ao redor, sendo que, quanto mais umidade, menor a estabilidade proporcionada às raízes, e maior a possibilidade de que as árvores adjacentes tombem com o peso da árvore explorada, ou puxadas por lianas remanescentes que podem conectá-las. Esta afirmação carece de comprovação científica.

Tabela 2. Dados da exploração de 2015 na RDSM, assessorados pelo PMFC.

BARROSO: RESTINGA DA LUZIA - Grupo de 10 Manejadores florestais						
Espécie	Nº de Árvores a explorar	Volume m³ a explorar	Ocas	Não explorados	Nº de Árvores exploradas	Quant. m³ explorados TORA
Açacú	80	949.6302		62	18	195.87801
Jitô	10	47.5363		6	4	9.97711
Louro Inamuí	8	37.8906		5	3	14.20335
Macacarecuia	9	67.7907		4	5	40.00470
Mulateiro	59	564.2857		57	2	14.65681
Tacacazeiro	2	28.957		1	1	7.30912
TOTAL	168	1696.0905		135	33	282.02909
BETÂNIA: RESTINGA ILHA DO LAMA - Grupo de 6 Manejadores florestais						
Espécie	Nº de Árvores a explorar	Volume m³ a explorar	Ocas	Não explorados	Nº de Árvores exploradas	Quant. m³ explorados TORA
Abiurana	2	17.4130			2	10.04863782
Açacú	7	60.8811			7	76.22021163
Castanharana	11	63.2421		4	7	31.76354318
Jitô	5	24.1740			5	13.04826793
Louro Inamuí	16	72.9165	1		15	46.90669896
Macacarecuia	4	23.1311			4	26.5899968
Tacacazeiro	9	42.9447		3	6	21.27207598
TOTAL	54	304.7025		8	46	225.8494323
BATE PAPO: RESTINGA CARAPANAÚBA - Grupo de 2 Manejadores florestais						
Espécie	Nº de Árvores a explorar	Volume m³ a explorar	Ocas	Não explorados	Nº de Árvores exploradas	Quant. m³ explorados TORA
Abiuarana	1	4.6847			1	1.57847
Açacú	24	204.2571		1	23	186.85808
Arapari	2	9.5577			2	8.91439
Castanharana	7	52.3992		2	5	24.35068
Jitô	3	12.0008			3	10.38791
Louro Inamuí	14	45.4321			14	43.04310
Macacarecuia	22	95.5475			22	122.79644
Maparajuba	2	10.6696		1	1	3.17670
Mulateiro	2	10.9113			2	6.33856
Mututi	1	2.9468			1	2.64101
Tanibuca	3	13.8007			3	11.58191
TOTAL	81	462.2075		4	77	421.66725
RESUMO 2015	Nº de Árvores a explorar	Volume m³ a explorar	Ocas	Não explorados	Nº de Árvores exploradas	Quant. m³ explorados TORA
TOTAL	303	2463.001		147	156	929.546

Tabela 3. Evolução de alguns parâmetros do impacto e da eficiência na exploração das associações de manejadores assessoradas pelo IDSMM (2010-2015).

ANO	N (clareiras de exploração)	N/ha	ICD (Índice de Clareiras de Derrubada) (m ² /ha)	IEMF (Índice de Eficiência do Manejo Florestal) (m ³ /m ²)
2010	-	-	-	-
2011	17	0,83	303,8	11x 10 ⁻³
2012	-	-	-	-
2013	76	1,47	761,7	17x10 ⁻³
2014	199	1,58	677,5	21x10 ⁻³
2015*	156	1,54	196,3	47x10 ⁻³

- Números preliminares a serem confirmados em novas medições no início de 2016

Indicador 8	
Descrição	Índice de clareiras de derrubada (ICD) nas áreas de manejo florestal comunitário.
Unidade	m ² /ha
Tipo	Efetividade
Peso	2
Finalidade	Avaliar a efetividade das medidas de baixo impacto na atuação dos responsáveis pelo Manejo Florestal Comunitário aferidas pelo acompanhamento da quantidade de habitat convertido por ano para fins madeireiros.
Limitações	O ICD parece ser também influenciado por vários outros fatores. Desde o tamanho da amostra (número de árvores exploradas ou de clareiras abertas) até as espécies e indivíduos que foram explorados, passando por sua distribuição espacial.
Aderência ao Macroprocesso	O manejo florestal comunitário é uma das mais relevantes formas de uso dos recursos naturais da várzea que vem sendo ajustadas aos princípios da sustentabilidade do macroprocesso Manejo Sustentável .
Aderência ao Objetivo Estratégico	Pela interferência do manejo florestal espera-se realizar o menor impacto possível na floresta.
Fórmula de Cálculo	<p>O Cálculo é feito por meio da divisão entre o somatório do tamanho das clareiras abertas (em m²) pelo somatório da área manejada (em hectares)</p> <p>Onde:</p> $AC \text{ (área da clareira)} = \pi (D/2)^2 \text{ (onde D é o diâmetro da clareira), ou}$ $AC \text{ (área da clareira)} = \pi (r)^2 \text{ (onde r é o raio da clareira)}$ $STMC \text{ (somatório do tamanho das clareiras)} = \sum (\pi (D/2)^2) \text{ (em m}^2\text{)} = 19.861,05 \text{ m}^2$ $ICD = STMC/SAh \text{ (onde SAh é o somatório da área manejada no ano, em hectares, sob atividade de manejo florestal recebendo aconselhamento técnico do PMFC)}$ $= 19.861,05/101,19 = 196,3 \text{ m}^2/\text{ha}$
Fonte da Informação	Dados obtidos pelas medições das clareiras em explorações florestais.
Meta Pactuada	Abaixo de 340 m ² /ha
Meta Realizada	196,3 m ² /ha
	Meta desafiadora.
	A meta que deveria ser mensurada no segundo semestre não pode ser integralmente aferida. Não foi possível a equipe do IDSM ir a campo para fazer todas as medições, por falta de recursos financeiros. As medições serão concluídas no início de 2016. Mas os números

	preliminares indicam que a meta foi realmente alcançada.
--	--

Indicador 9 – Número cumulativo de cartilhas sobre uso sustentável de recursos naturais publicadas e aplicadas (NCCPA)

9.1. Apresentação

Este indicador mostra a eficácia do desenvolvimento dos programas de manejo de recursos naturais do IDSM, e sua estratégia para adequação dos métodos e das técnicas aplicadas junto a distintas realidades socioambientais encontradas na sua fase de implantação. Cada um das técnicas de manejo precisa ser adequada à realidade social dos manejadores e a elaboração e aplicação de cartilhas didáticas, com linguagem acessível, é fundamental para orientar os manejadores nas etapas dos processos de manejo de recursos naturais.

O método de cálculo deste indicador é obtido pela contagem cumulativa direta de cartilhas elaboradas e publicadas sobre os distintos métodos e técnicas adequadas à realidade local das comunidades, sobre as diversas atividades de manejo de recursos naturais, e aplicadas pelo IDSM em campo.

9.2. Alcançado no ano

Para definição do V0 deste indicador foi considerada uma cartilha publicada em 2011 sobre técnicas de manejo florestal. Em 2013, foram elaboradas mais duas cartilhas, uma sobre a etapa de princípios de manejo florestal e outra sobre técnicas de contagem de pirarucus. Em 2014 e 2015 foram concluídos os conteúdos de mais duas cartilhas, mas apenas uma foi publicada, que trata do manejo de abelhas sem ferrão. A cartilha mais recente ainda encontra-se na fase de publicação eletrônica, e não pode ainda ser aplicada junto ao público-alvo por indisponibilidade de recursos financeiros.

Indicador 9	
Descrição	Número cumulativo de cartilhas sobre uso sustentável de recursos naturais publicadas e aplicadas (NCCPA)
Unidade	N
Tipo	Eficácia
Peso	2
Finalidade	Medir a elaboração e publicação de cartilhas sobre os distintos métodos e técnicas adequadas à realidade local das comunidades, sobre as diversas atividades de manejo de recursos naturais, e aplicadas pelo IDSM em campo.
Limitações	Não há.
Aderência ao Macroprocesso	O Manejo Sustentável é também medido pela sua capacidade de envolver os manejadores e capacitá-los para a atividade. As cartilhas são fortes instrumentos para avaliação do manejo sustentável.

Aderência ao Objetivo Estratégico		Desenvolvimento de programas e técnicas de manejo apresentados em cartilhas didáticas, com linguagem acessível, para orientar os manejadores nas etapas dos processos de manejo de recursos naturais.
Fórmula de Cálculo		Contagem direta cumulativa das cartilhas sobre manejo sustentável dos recursos naturais.
Fonte da Informação		São as próprias publicações dos programas de manejo dos recursos naturais do IDSM.
Meta Pactuada	4	Meta realista por atender o potencial da equipe responsável pela produção das cartilhas.
Meta Realizada	3	Meta não alcançada. Embora tenha havido publicações anuais de novas cartilhas, a mais recente não pode ser aplicada por falta de recursos financeiros.

Indicador 10 – Índice de Pirarucus Manejados nas RDSM e RDSA com Tamanho Superior ao Limite Ideal de Abate (ITP)

10.1. Apresentação

Este indicador reflete a efetividade das práticas de manejo sustentável da pesca de pirarucus nas Reservas Mamirauá e Amanã por meio de assistência técnica, do aconselhamento e do monitoramento do tamanho médio dos animais pescados nos diferentes setores onde o manejo se desenvolve com a assessoria técnico-científica do IDSM. O limite de tamanho aplicado no abate pode indicar o acatamento à principal medida de manejo, que é o tamanho mínimo de abate definido pelo IBAMA, que é 1,50 m. Como pesquisas demonstraram que o tamanho à primeira maturação sexual da espécie é 1,65 m, no IDSM consideramos que o limite determinado pelo IBAMA é muito conservador, e levamos este limite a um nível mais desafiador, e também mais apropriado do ponto de vista da biologia deste recurso natural. Mantendo-se o tamanho dos animais abatidos sempre acima deste limite podemos garantir a sustentabilidade da pesca por meio da regeneração biológica dos estoques. Assim, quanto maior o índice de animais manejados com tamanho acima de 1,65m, maior será a sustentabilidade do sistema de manejo. O papel do IDSM nesta meta é o de manter os esforços de aconselhamento técnico, acompanhamento, monitoramento e auditoria dos sistemas de manejo de pesca em todos os locais que realizam o manejo nas duas reservas sob a supervisão do Instituto. Apenas um grande esforço dos técnicos do programa atuando constantemente junto às associações de pescadores pode oferecer garantia de bons níveis de obediência às normas de manejo. Este indicador pretende acompanhar a proporção de indivíduos manejados que se encontram acima de 1,65m de comprimento total. Esta deve ser sempre superior a 0,7.

10.2. Alcançado no ano

Em 2015 foi autorizada uma quota de 12.675 peixes para os 11 projetos/áreas de manejo de pesca assessorados pelo Programa de Manejo de Pesca/IDSM. Desse total foram contabilizados nas fichas de monitoramento a captura, com a identificação por meio de lacres, de 10.051 peixes, capturados em nove áreas, e que correspondem a 79,30% da quota autorizada. A média de tamanho dos peixes capturados foi de 187,8cm, sendo que o maior peixe mediu 248cm

e o menor mediu 150cm. Do total de peixes capturados, 8.262 apresentaram tamanho igual ou superior a 1,65cm, o que corresponde a 82,2% do total capturado.

Indicador 10		
Descrição		Índice de pirarucus manejados nas RDSM e RDSA com tamanho superior ao limite ideal de abate (ITP).
Unidade		N
Tipo		Efetividade
Peso		2
Finalidade		Medir a sustentabilidade da pesca do pirarucu por meio da garantia da regeneração biológica dos estoques.
Limitações		O dado pode ser distorcido caso não haja cuidado no registro pelos manejadores, mas os técnicos do IDSM acompanham este registro anualmente com muito cuidado e eles fazem parte dos relatórios do IBAMA.
Aderência ao Macroprocesso		O Manejo Sustentável busca garantir a oportunidade de regeneração do recurso pela reprodução natural.
Aderência ao Objetivo Estratégico		Mantendo-se no manejo alta frequência dos pirarucus abatidos sempre acima de 1,65m (acima de 70%), maior será a sustentabilidade do sistema de manejo.
Fórmula de Cálculo		Este indicador é obtido pelo cálculo da proporção de animais manejados com tamanhos (comprimentos totais) maiores ou iguais a 1,65m, em relação a todos os animais abatidos em todos os sistemas de manejo de pesca de pirarucu que estejam sob acompanhamento técnico-científico do IDSM, no ano da análise. A fórmula deste indicador é: $ITP = \frac{Npm}{NTp} = 8.262 / 10.051 = 0,82$ onde Npm = número de pirarucus manejados de tamanho maior ou igual a 1,65m no ano NTp = número total de pirarucus manejados no mesmo ano.
Fonte da Informação		Contabilização nas fichas de monitoramento da captura.
Meta Pactuada	acima de 0,7	Meta desafiadora pelo fato do IBAMA determinar um limite de tamanho para o abate do pirarucu abaixo do estipulado pelo IDSM.
Meta Realizada	0,82	Meta alcançada. De difícil realização porque é necessário um grande esforço dos técnicos do programa atuando constantemente junto às associações de pescadores para oferecer garantias de bons níveis de obediência às normas de manejo.

Indicador 11 – Índice de comunidades realizando atividades de manejo dos recursos naturais nas RDSM e RDSA (ICRAM).

11.1. Apresentação

Este indicador mede o desempenho dos programas de manejo de recursos naturais para a expansão de suas atividades para novas áreas das Reservas Mamirauá e Amanã que ainda não recebem assessoria desses programas. Para isso, estão previstos investimentos para beneficiar as comunidades através de capacitações para as atividades de manejo, fortalecimento da gestão comunitária, introdução de novas tecnologias de produção, desenvolvimento ou aperfeiçoamento da produção e oferta de assessorias para licenciamento e para comercialização da produção.

11.2. Alcançado no ano

Em 2015, os programas de manejo de recursos naturais assessoraram 77 comunidades das Reservas Mamirauá e Amanã. Não houve possibilidade de incremento deste número, mas a meta era voltada à manutenção do mesmo.

O apêndice 4 apresenta a relação de comunidades da RDS Mamirauá e da RDS Amanã que realizam atividades de manejo de recursos naturais, com assessoria técnica do IDSM.

Indicador 11	
Descrição	Índice de comunidades realizando atividades de manejo dos recursos naturais do IDSM e RDSA (ICRAM).
Unidade	N
Tipo	Eficácia
Peso	3
Finalidade	Medir o desempenho dos programas de manejo de recursos naturais para a expansão de suas atividades para novas áreas das Reservas Mamirauá e Amanã que ainda não recebem assessoria desses programas.
Limitações	Não há.
Aderência ao Macroprocesso	O Manejo Sustentável promovido pelo IDSM precisa ser expandido para provar sua eficácia antes de ser multiplicada.
Aderência ao Objetivo Estratégico	Através das capacitações para as atividades de manejo as comunidades começam a manejar os recursos naturais de forma apropriada melhorando sua condição de vida e conservando os seus recursos naturais.
Fórmula de Cálculo	Este indicador é calculado pela contagem do número cumulativo de comunidades da RDSM e da RDSA que recebem assessorias e aconselhamento dos programas de manejo de recursos naturais do IDSM, em relação ao

		<p>número total de comunidades existentes nestas duas reservas. As fontes da informação são os relatórios mensais de atividades dos respectivos programas de manejo de recursos naturais.</p> <p>A fórmula aplicada é:</p> $\text{ICRAM} = \frac{\text{Nca}}{\text{NTc}} \rightarrow 77/220 = 0,35$ <p>Onde:</p> <p>Nca = número de comunidades atendidas/beneficiadas pelo IDSM no ano (77)</p> <p>NTc = número total de comunidades existentes nas RDSM e RDSA (220).</p>
Fonte da Informação		Acompanhamento das comunidades que realizam o manejo dos recursos naturais.
Meta Pactuada	0,35	Meta realista porque duas novas comunidades ao ano é o máximo de atendimento que a diretoria de Manejo e Desenvolvimento do IDSM pode absorver.
Meta Realizada	0,35	Atingimento da meta dentro da capacidade estabelecida pelo programa responsável pelo indicador, e dentro dos limites impostos pela disponibilidade financeira.

Macroprocesso 4: Qualidade de Vida

Indicador 12 – Índice de Comunidades Beneficiadas (ICB) nas Áreas Focais das RDSM e RDSA por Experimentos que Visam Qualidade de Vida de seus Moradores.

12.1. Apresentação

Este indicador é cumulativo e voltado para implementação de tecnologias sociais apropriadas que visem à melhoria dos padrões de vida das comunidades ribeirinhas das áreas focais das RDSA e RDSM, como pilotos para replicação. Estão sendo considerados na formação do indicador todos os tipos de experimentos associados a aspectos sanitários (disposição de dejetos humanos), água potável (tratamento e distribuição) e disponibilidade e uso de energias alternativas.

São consideradas prioritárias as comunidades que estão situadas em ambientes de várzea localizadas na RDSM e RDSA, pois, as condições físicas do meio tornam praticamente impossível utilizar as técnicas normalmente aplicadas nas áreas não alagadas. Algumas comunidades da área focal da RDSA, localizadas em ambientes com baixos níveis de alagação, também são alvos deste indicador por serem moradoras da Unidade.

12.2. Alcançado no ano

Em 2015, foram realizadas apenas as atividades de monitoramento das tecnologias de água e energia solar fotovoltaica. O monitoramento ocorreu através da aplicação de questionários nos domicílios responsáveis pelo uso e gestão das tecnologias. Nesse ano ainda estava prevista a atividade de visitas técnicas à comunidade São João do Ipecaçu, na RDSA, para articular a implementação do sistema de iluminação solar fotovoltaico na escola municipal da comunidade, que seria o experimento para atender a meta de 2015, mas esta atividade foi cancelada pela impossibilidade de uso de recurso financeiro.

O V0 (0,027) desta meta estabelecida no Contrato de Gestão foi representado por ações de implementação de sistemas de abastecimento e bombeamento de água de superfície com uso de energia fotovoltaica, em duas comunidades. Em uma delas, foi realizado também um experimento com sistema de fossa filtro. No período entre 2010 e 2014, o modelo experimental de sistema de abastecimento de água com energia solar fotovoltaica foi implementado em 11 comunidades. Estima-se que 200 domicílios, distribuídos entre as RDS's Mamirauá e Amanã, estão fazendo uso do sistema de água e sendo alvo das ações de educação em saúde e de pesquisas avaliativas do experimento, nas áreas social e de engenharia ambiental.

O apêndice 5 apresenta a relação de comunidades da RDS Mamirauá e da RDS Amanã por tipo de ação implementada.

Indicador 12	
Descrição	Índice de comunidades beneficiadas (ICB) nas áreas focais das RDSM e RDSA por experimentos que visam qualidade de vida de seus moradores.
Unidade	N
Tipo	Eficácia
Peso	1
Finalidade	Medir a implementação de tecnologias sociais apropriadas que visem à melhoria dos padrões de vida das comunidades ribeirinhas das áreas focais das RDSM e RDSA, como pilotos para replicação.
Limitações	Não há.
Aderência ao Macroprocesso	A Qualidade de Vida das populações ribeirinhas pode ser abordada de várias formas. O acesso à água de qualidade é um indicador internacional de qualidade de vida. O IDSM busca implantar pilotos para incentivar a universalização do acesso a este bem.
Aderência ao Objetivo Estratégico	Com a implementação nas comunidades de experimentos associados a aspectos sanitários (disposição de dejetos humanos), tratamento e distribuição de água potável e disponibilidade e uso de energias alternativas ocorre a melhoria da qualidade de vida da população ribeirinha e a possibilidade destas experiências serem replicadas para outras áreas da Amazônia.
Fórmula de Cálculo	São contabilizadas as comunidades onde

		foram realizadas cumulativamente, ao longo dos seis anos (2010-2015), experimentos de abastecimento e tratamento de água, energia alternativa ou destinação de dejetos com recursos originários do Contrato de Gestão. É utilizada a seguinte fórmula: $ICB = \frac{NCCExp}{NCVAF} \quad ICB = 11 / 73 = 0,151$ Onde: NCCExp = Número cumulativo de comunidades com experimentos em qualidade de vida na RDSM e RDSA no ano da análise (11) NCVAF = Número de comunidades alvo nas áreas focais das reservas (N=73).
Fonte da Informação		Informações obtidas a partir dos relatórios mensais do Programa de Qualidade de Vida do IDSM.
Meta Pactuada	0,164	Meta realista porque uma nova comunidade ao ano é o máximo de atendimento que o grupo responsável é capaz de realizar.
Meta Realizada	0,151	Meta não alcançada por falta de recursos financeiros

Macroprocesso 5: Tecnologias de Gestão

Indicador 13 – Índice de Participação das Lideranças-ano Capacitadas pelo IDSM (IPLC)

13.1. Apresentação

Este índice reflete a efetividade dos esforços de capacitação de lideranças por meio da aferição de sua participação nas instâncias máximas de discussão e tomada de decisão participativa, que são as assembleias anuais, na gestão das unidades de conservação cuja gestão é compartilhada com IDSM, a RDSM e a RDSA.

A equipe da Diretoria de Manejo e Desenvolvimento, responsável por este indicador, vinha sugerindo sua alteração há algum tempo, com a proposta de inclusão no cálculo deste indicador das lideranças que participam das outras instâncias de tomada de decisão sobre a gestão das reservas e sobre manejo de recursos naturais. Em 2012, ao analisar o Relatório Anual do IDSM, a Comissão de Avaliação sugeriu que este indicador fosse calculado por duas metodologias diferentes: uma que contava apenas as participações nas assembleias e outra que contava a participação em outras instâncias de deliberação. Em 2013, a Comissão acatou a proposta da Diretoria do IDSM e, no novo cálculo do indicador passaram a ser registradas também as participações das lideranças que atuam como membros do Conselho Gestor, Agentes Ambientais Voluntários em atividade, membros das diretorias das associações que representam todas as comunidades das reservas (AMURMAM e CAMURA), associações comunitárias responsáveis por planos de manejo de recursos florestais, associações setoriais, coordenações de acordos de pesca, ou organizações de classe (Colônias e Sindicatos) responsáveis pelos projetos de manejo de recursos pesqueiros.

13.2. Alcançado no ano

Um diagnóstico estava previsto para ser realizado em 27 setores das duas Reservas ao longo de 2015, visando identificar/atualizar informações sobre a atuação de lideranças que continuam participando das instâncias de deliberação e outras que já se aposentaram, faleceram ou deixaram as comunidades. O primeiro semestre previa a realização de três viagens com esse fim, entretanto a diminuição dos recursos permitiu a realização de apenas duas viagens. Outras duas viagens estavam previstas para o segundo semestre, mas não foi possível realizá-las. Portanto, os recursos financeiros disponibilizados em 2015, permitiram a atualização sobre a atuação de lideranças em apenas 12 setores. Juntou-se a esses dados, as informações sobre atuação de Agentes Ambientais Voluntários - AAVs e dados obtidos por meio da assessoria contábil às associações comunitárias.

Considerando a participação das lideranças em assembleias, foi realizada a XXIII Assembleia Geral de Moradores e Usuários da RDS Mamirauá, com a participação de 202 pessoas, entre lideranças e representantes de instituições locais e regionais. Os moradores da RDS Amanã realizaram sua Assembleia Geral, somente no segundo semestre, em agosto 2015, devido às dificuldades de organização deste evento na data prevista inicialmente. Participaram 146 pessoas, entre lideranças comunitárias e representantes de instituições. Nas duas reservas, até 2009 quando foi definido o V0, foram capacitadas 392 lideranças pela equipe do Instituto Mamirauá. Destas, 73 participaram das Assembleias Gerais de Moradores das RDS Mamirauá e Amanã em 2015.

Ao incluirmos a participação nas outras instâncias de deliberação, atingiu-se o índice preliminar de 0,33 no ano. Foram registradas as participações de 129 lideranças, entre membros do Conselho Gestor, Agentes Ambientais Voluntários em atividade, membros das diretorias das associações comunitárias/setoriais ou organizações de manejo de recursos naturais. Entretanto não é conhecido o número de lideranças envolvidas em atividades e tomadas de decisão que ocorreram nos setores mais remotos, que não puderam ser visitados. Fica impossível estabelecer um resultado que demonstre se a meta foi ou não alcançada.

Indicador 13	
Descrição	Índice de Participação das Lideranças-ano Capacitadas pelo IDSM (IPLC).
Unidade	N
Tipo	Efetividade
Peso	1
Finalidade	Medir os esforços de capacitação de lideranças por meio da aferição de sua participação nas instâncias máximas de discussão e tomada de decisão participativa, que são as assembleias anuais, na gestão das unidades de conservação cuja gestão é compartilhada com IDSM, a RDSM e a RDSA.
Limitações	O indicador possui muitas limitações porque são vários os fatores que interferem em seu resultado. Os motivos pelos quais as lideranças capacitadas participam ou não das assembleias são diversos, e quase todos fogem da governança do IDSM.

Aderência ao Macroprocesso		Tecnologias de Gestão são adequadamente transmitidas por capacitação quando adotamos o modo participativo.
Aderência ao Objetivo Estratégico		A participação efetiva das lideranças, já capacitadas, nas instâncias de deliberação das reservas demonstra o conhecimento adquirido sobre gestão participativa e o esforço despendido pela equipe do IDSM na preparação dessas lideranças.
Fórmula de Cálculo		O cálculo deste indicador obedece a seguinte fórmula: $IPLC = \frac{NLCAG}{NTLC}$ $IPLC = \frac{129}{392} = 0,33$ Onde: NLCAG = Número de lideranças capacitadas pelo IDSM participando das Assembleias Gerais e das demais instâncias de tomada de decisão sobre gestão e manejo de recursos naturais da RDSM e da RDSA no ano da análise (N=129) NTLC = Número total cumulativo de lideranças capacitadas pelo IDSM (N=392).
Fonte da Informação		Informações coletadas por meio da consulta às listas de lideranças presentes e votantes nas instâncias de deliberação das Reservas Mamirauá e Amanã, confrontadas com as listas de pessoas capacitadas pelos esforços do IDSM ao longo dos últimos anos.
Meta Pactuada	0,45	Meta extremamente desafiadora porque o IDSM não tem ingerência sobre a disposição destas lideranças capacitadas para comparecerem aos eventos.
Meta Realizada	0,33	Não foi possível aferir os dados em vários setores mais remotos. Os números obtidos são, portanto preliminares e não foi definido se houve ou não o alcance da meta.

Indicador 14 – Índice de setores da RDSM e da RDSA nos quais há atuação de Agentes Ambientais Voluntários (ISAAV)

14.1. Apresentação

Este indicador reflete a eficácia do esforço do IDSM para apoiar as ações de controle e vigilância feita por Agentes Ambientais Voluntários – AAVs, membros da comunidade devidamente capacitados e credenciados pelo IBAMA para esta finalidade, nos setores das Reservas Mamirauá e Amanã onde há assessoria do IDSM.

O papel do IDSM neste processo é o de promover a capacitação, organizar os AAVs capacitados, motivá-los, equipá-los e prover apoio logístico à sua atuação, além de realizar sua supervisão geral, mas o credenciamento é realizado pelo IBAMA. O índice apóia-se no resultado

da experiência de cerca de 15 anos, que indica que o quantitativo de AAVs atuantes é uma medida indireta da eficácia da proteção conferida pelas comunidades às áreas protegidas, e que sua distribuição nos setores das reservas descreve a eficácia em alocar este apoio adequadamente no espaço físico das reservas cuja gestão é apoiada pelo IDSM. Há grandes desafios para o IDSM manter este programa em funcionamento, especialmente no que se refere a manutenção da mobilização e organização comunitárias e ao levantamento de recursos para custeá-lo.

14.2. Alcançado no ano

Em 2015 foi mantido o apoio às atividades de 15 equipes/setores de AAVs implementadas, mas as dificuldades orçamentárias do IDSM com relação ao repasse de recursos provenientes do contrato de gestão com o MCTI impediram o cumprimento da agenda de treinamentos elaborada para o ano e que ficou inconclusa prejudicando a prática de uma formação continuada dos AAVs.

Como parte do apoio que foi possível manter, foi realizada uma oficina de formação de AAVs, em parceria com o Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação – DEMUC/SEMA-Amazonas, atividade prevista dentro das ações do Projeto Participação e Sustentabilidade: o uso adequado da Biodiversidade e a Redução das Emissões de Carbono nas florestas da Amazônia Central (BioREC), financiado pelo Fundo Amazônia-BNDES. Participaram 40 pessoas, que passaram por um período de experiência de 90 dias para aplicação e desenvolvimento de seus planos de trabalho junto às suas comunidades, e no mês de julho foram integradas às equipes em atividades.

Foram realizadas também, com recursos do Projeto BioREC, duas capacitações em educação ambiental com objetivo de aprimorar o trabalho de duas equipes de AAVs e vigilantes, e duas missões de proteção ambiental com os órgãos de fiscalização. As demais capacitações previstas para o ano ficaram pendentes por causa da falta de recursos financeiros. As missões de proteção com os órgãos de fiscalização são importantes para reforçar o trabalho de proteção e vigilância realizado pelos AAVs.

Os Setores nos quais já existe o trabalho dos Agentes Ambientais são: Liberdade, Barroso, Aranapu, Boa União, Tijuaca, Jarauá, Coraci, São José, Caruara, Acapu, Panauá de Baixo, Mamirauá, Lago Amanã, Paraná do Amanã e Joacaca.

Indicador 14	
Descrição	Índice de setores da RDSM e da RDSA nos quais há atuação de Agentes Ambientais Voluntários (ISAAV).
Unidade	N
Tipo	Eficácia
Peso	2
Finalidade	Medir as ações de implantação de programas de fiscalização das reservas, capacitando comunitários para atuarem na proteção ambiental das áreas.
Limitações	O indicador corre o risco de ter seu acompanhamento inviabilizado pela dificuldade de formação e credenciamento de novos agentes, algo que depende exclusivamente do poder público.

Aderência ao Macroprocesso	Tecnologias de Gestão incluem formas participativas de controle, inclusive com a adoção de medidas de controle social, com os AAVs.
Aderência ao Objetivo Estratégico	A atuação dos AAVs permite a proteção da área mantendo o ambiente em condições de se desenvolver o manejo dos recursos naturais e sua conservação.
Fórmula de Cálculo	Este indicador é calculado pela seguinte fórmula: $ISA\text{AAV} = SAAV / 15 \rightarrow 15 / 15 = 1$ Onde: SAAV = Número de Setores onde há atuação de AAV's na RDSM e na RDSA (N=15) E 15 é o número total de setores organizados nas áreas focais destas duas reservas.
Fonte da Informação	Registro dos setores onde ocorre a atuação de AAVs.
Meta Pactuada	1,0
Meta Realizada	1,0
	A meta foi alcançada.

Macroprocesso 6: Desenvolvimento Institucional

O macroprocesso de Desenvolvimento Institucional objetiva acompanhar a evolução e fortalecimento do IDSM, identificando as estratégias utilizadas para a obtenção de fontes adicionais de recursos financeiros e, assim, garantir a sustentabilidade financeira da instituição e de suas atividades.

Além do aspecto da sustentabilidade financeira do IDSM, o desenvolvimento institucional também envolve outros aspectos de grande relevância.

A equipe administrativa do IDSM tem passado por várias etapas de um processo de aperfeiçoamento e capacitação interna e externa, visando aprimorar os serviços oferecidos ao bom funcionamento institucional.

A gestão de recursos humanos, iniciada em 2010, está focada no aperfeiçoamento não apenas da capacidade dos funcionários, mas também em seu bem estar. Em 2011 foi iniciado o processo de adesão dos funcionários ao plano de saúde para os mesmos e seus dependentes, o que teve continuidade em 2012. Também neste ano foram iniciadas atividades de ginástica laboral para os funcionários e foi inaugurada uma lanchonete no interior do campus, para dar suporte ao corpo de colaboradores.

Em 2012 o IDSM iniciou os trabalhos de preparação de um terreno para construção e instalação de um escritório de representação no município de Fonte Boa, visando apoiar as ações institucionais em partes remotas da RDSM e estreitar as relações do IDSM com a prefeitura daquele município, e com seu órgão municipal de desenvolvimento sustentável (IDSFB). O contingenciamento dos recursos de 2013 e o atraso no início dos repasses dos recursos fizeram com que a conclusão da obra ocorresse apenas em 2014. A finalização da aquisição dos móveis de escritório e a disponibilização do imóvel ocorreu apenas neste semestre.

Em 2015, como em 2014, as reformas das infraestruturas de campo, das atividades de manutenção de instalações, veículos e embarcações tiveram que ser adequadas à situação

financeira institucional vivenciada. O plano de melhoria contínua foi adiado e a estratégia adotada foi de priorizar a manutenção mínima dos 09 (nove) prédios do Campus de Tefé, do Escritório de Representação em Fonte Boa e Belém. Por falta de recursos foram fechadas 07 das 13 bases de campo e o Escritório de Representação em Manaus. Ainda como reflexo direto da falta de recurso, a instituição se viu obrigada a dispensar mais de 50 bolsistas que desenvolviam atividades de campo com recursos exclusivos do Contrato de Gestão e demitiu 41 funcionários CLT. Foi um ajuste necessário ao quadro de pessoal, pois o IDSM não tinha como arcar com os custos de folha de pagamento com os aportes financeiros do Contrato de Gestão em 2015.

Para o terceiro ciclo de vigência do Contrato de Gestão, iniciado em 2010, foi definido para análise e acompanhamento deste macroprocesso os Indicadores 15, 16 e 17 abaixo apresentados.

Indicador 15 – Alavancagem Mínima de Recursos Fora do Contrato de Gestão no IDSM (AMRFCG)

15.1. Apresentação

Este Indicador demonstra a eficácia do IDSM em diversificar suas fontes de financiamento e assim garantir sua sustentabilidade financeira e de suas atividades.

A meta pactuada no contrato de gestão estipula que o IDSM deverá obter anualmente, no mínimo, 30% de recursos oriundos de outras fontes fora do Contrato de Gestão. Sendo assim, a AMRFCG deve ser mantida acima de 0,3 ao longo dos próximos anos (2010-2015). A Tabela 4, a seguir, apresenta os recursos obtidos em 2015.

Tabela 4. Distribuição dos recursos financeiros obtidos, por fonte ou origem, em 2015.

Fontes	Até 31/Dez/2015
Contrato de Gestão / MCTI	12.172.159,27
1º Subtotal – Valores Recebidos Contrato de Gestão (VTCG)	12.172.159,27
Ações de Crowdfunding (Indiegogo e Garupa)	23.031,42
Aluguéis (Lanchonete, Equipamentos e Infraestrutura)	39.212,00
Aplicação Financeira do 1º Semestre	470.261,98
Bolsas PCI/DTI (MCTI e AMOCI/INPA)	842.543,00
Centro de Est.Adap.da Biota Aq.da Amazonia (ADAPTA)	65.000,00
Cessão de Equip. e Softwares (Fornecedores Diversos)	170.820,00
Cloud Migrator	12.000,00
CNPq (Editais diversos, incluindo Pibic)	219.900,00
Consultorias realizadas para PJ	18.839,27
Google Adwords (Créditos em anúncios e Custeio de Despesas)	451.657,00
Doações de PF (Diversos)	2.505,60
Doações de PJ (SCM, Avancis e Energia Natural)	266.819,78
Fund.de Amparo à Pesq.do Est. Amazonas (FAPEAM)	198.293,00
Fundo Amazônia / BNDES	1.793.798,74
Liz Claiborne Art Ortenberg Jaguar Research Program	22.966,26

Lojas do Mamirauá	116.354,23
Max Planck Institute	13.533,38
Newton Fund – Fellowship and Research Mobility	33.276,90
Petrobras S/A	110.330,65
Pousada Uacari	1.802.970,26
Prêmios (Fundação B.do Brasil, Prof.Samuel Benchimol e iGUI Ambiental)	60.000,00
Ramsar / WFF	27.892,84
Save The Manatee Club	2.000,00
SeaWorld Parks & Busch Gardens Cons. Fund	17.818,65
Sociedade Nova Comunidade	15.000,00
University of Oxford	23.687,55
Venda de Sucata	7.481,70
WCS/Moore/IUCM	634.436,65
WWF - Brasil	3.743,76
2º Subtotal – Alavancagem de Outras Fontes (RAFCG)	7.454.174,62*
Total Arrecadado no Ano	19.626.333,89
Alavancagem Fora do Contrato de Gestão (AMRFCG)	0,61

*Além destes, o IDSM logrou alavancar outros valores junto a financiadores, em parceria com outras instituições que irão administrar os recursos captados.

O valor total apresentado na tabela acima corresponde, cumulativamente, ao somatório de todos os recursos captados juntamente com os valores repassados nos termos aditivos do Contrato de Gestão/MCTI assinados.

Nos anos de 2013 e 2014, o saldo financeiro dos anos anteriores foi capaz de cobrir as atividades do IDSM até o mês de maio. Entretanto, em 2015 isto não ocorreu, e o saldo financeiro de 2014 foi consumido até o mês de abril daquele ano. O saldo foi integralmente utilizado, incluindo os recursos reprogramados para continuação de atividades iniciadas no ano anterior e a reserva técnica para cobrir contratos trabalhistas. Por conta disto, as atividades de campo com recursos de outros financiamentos foram mantidas em ritmo bastante reduzido, e a falta de recursos para custeio da manutenção básica e outras despesas administrativas causou grande insegurança ao IDSM.

15.2. Alcançado no ano

Em 2015, os recursos alavancados fora do Contrato de Gestão pelo IDSM alcançaram o índice de 0,61 em relação aos repasses do Contrato de Gestão.

Indicador 15	
Descrição	Alavancagem mínima de recursos fora do contrato de gestão no IDSM (AMRFCG)
Unidade	N
Tipo	Eficácia
Peso	2
Finalidade	Medir a capacidade do IDSM em diversificar suas fontes de financiamento e assim garantir sua sustentabilidade financeira e de suas atividades.

Limitações	Algumas fontes de recursos não exigem anuência institucional, e os pedidos são realizados diretamente por pesquisadores e técnicos. Normalmente o IDSM levanta entre seus membros todas as tentativas de alavancagem realizadas, mas nem sempre todos os pesquisadores e técnicos (e seus alunos) respondem a nossa consulta. Além disto, consideramos que as constantes alterações observadas no contexto internacional interferem bastante neste resultado, e estão, obviamente, fora da governança do IDSM. Por este motivo o indicador tem sido alvo de propostas de alteração.
Aderência ao Macroprocesso	O Desenvolvimento Institucional inclui os esforços da equipe para a obtenção de recursos e ampliação das atividades.
Aderência ao Objetivo Estratégico	A obtenção de fontes adicionais de recursos financeiros leva ao desenvolvimento institucional garantindo a sustentabilidade da instituição e de suas atividades.
Fórmula de Cálculo	<p>O indicador é obtido através da relação proporcional entre os recursos obtidos pelo Contrato de Gestão e os recursos de outras fontes de financiamento, segundo a fórmula:</p> $AMRFCG = \frac{RAFCG}{VTCG} = \frac{7.454.174,62}{12.172.159,27}$ <p>Onde: RAFCG = Recursos alavancados fora do Contrato de Gestão pelo IDSM no ano. (R\$ 7.454.174,62). VTCG = Valores transferidos pelo Contrato de Gestão ao IDSM em 2015. (R\$ 12.172.159,27)</p>
Fonte da Informação	Registros do setor financeiro do IDSM.
Meta Pactuada	Acima de 0,3
Meta Realizada	0,61
	Meta alcançada.

Indicador 16 – Taxa de Atraso dos Pagamentos (TAP) do IDSM ao Ano.

16.1. Apresentação

Este indicador demonstra a economicidade do IDSM em reduzir o volume de pagamentos com multas e juros por atraso de pagamentos ao ano. Esta é uma medida do bom uso dos recursos públicos e da boa gestão. O indicador procura computar o valor pago (em reais) de juros e multas, em um ano, oriundos de atrasos nos pagamentos em relação ao valor total das despesas pagas (em reais) no mesmo período.

A meta para 2015 pactuada no contrato de gestão indica que o IDSM deve manter a TAP inferior a 0,05% ao ano esperando que a meta tenha trajetória descendente no futuro.

Em 2015, ano em que o indicador passou a ser adotado, foi desafiador negociar com os fornecedores em função dos atrasos provocados pelo corte inesperado no orçamento de 2015 no Contrato de Gestão. Muitos foram os esforços para que se mantivessem ativos os contratos celebrados, mesmo com um montante significativo de contas a pagar, sem que fossem aplicados juros e multas por atraso.

Inevitavelmente, a cobrança de juros e multas originou-se dos pagamentos de encargos e tributos públicos em atraso.

A tabela 5 a seguir, apresenta o montante de pagamentos efetuados por mês, além dos juros e multas recolhidos durante o ano de 2015.

Tabela 5. Montante de pagamentos, juros e multas realizados em 2015.

Mês	Volume Adquirido / Contratado	Juros/Multa	Montante de Pagamento
Jan	1.207.410,08	813,64	1.208.223,72
Fev	2.249.802,55	159,20	2.249.961,75
Mar	1.850.000,11	0,20	1.850.000,31
Abr	1.629.618,37	47,32	1.629.665,69
Mai	821.432,36	31,50	821.463,86
Jun	125.436,38	346,22	125.782,60
Jul	3.740.336,73	100.178,17	3.840.514,90
Ago	692.600,09	33,29	692.633,38
Set	693.005,06	111,88	693.116,94
Out	2.854.343,87	121.623,64	2.975.967,51
Nov	1.006.096,97	6.851,79	1.012.948,76
Dez	554.031,34	195,20	1.592.193,68
Total	17.424.113,91	230.392,05	18.692.473,10

Muito embora o IDSM tenha conseguido renegociar prazos e multas com 75% de seus títulos junto a fornecedores, o gasto com juros e multas em 2015 foi significativo.

Apesar destes esforços, em maio/2015 o IDSM já não possuía mais recursos disponíveis para quitar seus débitos. Foi necessário aguardar a primeira transferência do ano para realizar os pagamentos de fornecedores e tributos devidos, suspender as atividades de campo e recorrer a empréstimos para pagar os salários dos empregados de junho/2015. A mesma situação de insolvência foi observada novamente em agosto e em outubro daquele ano. E mais uma vez, o IDSM teve de recorrer a empréstimos para pagamento de folha, e suspender o recolhimento de vários tributos.

16.2. Alcançado no ano

Em 2015, os valores pagos de juros e multas sobre as despesas atrasadas em relação ao total de despesas gerais pagas alcançaram 1,32%.

Indicador 16		
Descrição		Taxa de Atraso dos Pagamentos (TAP) do IDSM ao Ano
Unidade		%
Tipo		Economicidade
Peso		2
Finalidade		Demonstrar a economicidade do IDSM ao reduzir o volume de pagamentos de multas e juros por atrasos de pagamentos no ano. É uma medida do bom uso dos recursos públicos e da boa gestão.
Limitações		Como este indicador procura computar o valor pago (em reais) em juros e multas, em um ano, oriundos de atraso nos pagamentos em relação ao valor total das despesas pagas (em reais) no mesmo período, é preciso ter recursos em caixa para efetuar os pagamentos no prazo devido. Caso os financiadores do IDSM não efetuem os depósitos acordados, obviamente, haverá atraso nos pagamentos.
Aderência ao Macroprocesso		O Desenvolvimento Institucional inclui os esforços da equipe para melhor uso das verbas institucionais e assim garantir a economicidade no uso do recurso.
Aderência ao Objetivo Estratégico		A redução do pagamento de juros e multas é uma medida do bom uso dos recursos públicos e da boa gestão, o que leva ao desenvolvimento institucional garantindo sua sustentabilidade e de suas atividades.
Fórmula de Cálculo		<p>O indicador é expresso em porcentagem, e é calculado a partir da divisão dos valores pagos em um ano com juros e multas sobre despesas atrasadas em reais, pelos valores pagos por despesas em geral em reais no mesmo ano, multiplicada por cem, segundo a fórmula:</p> $TAP = \frac{VPJM}{VPD} \times 100 = \frac{230.392,05}{17.424.113,91} \times 100$ <p>Onde: VPJM = Valores pagos com juros e multas por atraso de pagamento ao ano. (R\$ 230.392,05). VPD = Valores pagos para despesas gerais no ano. (R\$ 17.424.113,91)</p>
Fonte da Informação		Registros da Coordenação Administrativo-financeiro do IDSM.
Meta Pactuada	<0,05%	Meta desafiadora por depender de financiamento para manutenção e desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão.

Meta Realizada	1,32%	Meta não alcançada, apesar dos esforços para negociar os pagamentos. A maior parte dos gastos com juros e multas foi cobrada nos pagamentos de impostos federais realizados em atraso por falta de recursos financeiros do contrato de gestão.
----------------	-------	--

Indicador 17 – Proporção de Funcionários da Área Administrativa no Total da Equipe do IDSM ao Ano (PFAA).

17.1. Apresentação

Este indicador busca demonstrar a economicidade do IDSM, uma vez que a estratégia institucional é voltada para usar os recursos financeiros disponíveis para Pessoal, preferencialmente custeando pessoas para atuar nas atividades finalísticas, e não para as atividades meio, e assim fazer um uso mais eficiente dos recursos públicos.

A meta é que se mantenha a proporção de pessoal dedicado às tarefas administrativas menor que 20% em relação ao total de funcionários do IDSM ao ano.

Em 2015, a distribuição do pessoal foi a seguinte: 23 funcionários na área administrativa, 60 em apoio e 84 computando-se apenas funcionários na área fim, totalizando 167 funcionários. Ver tabela 6.

Tabela 6. Distribuição do quadro (funcionários/ativos) do IDSM ao longo dos cinco últimos anos – 2011 até 2015.

ATIVIDADES	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Fim	70	45,75	73	44,51	80	59,24	84	42,86	84	50,30
Apoio	58	37,91	66	40,24	78	23,91	86	43,88	60	35,93
Administrativa	25	16,34	25	15,24	26	16,85	26	13,27	23	13,77
Total	153	100	164	100	184	100	196	100	167	100
Variação %	4,79		7,19		12,20		6,52		-14,80	

O número de funcionários da área administrativa, no período de 2011 até o primeiro semestre de 2015, manteve-se sempre abaixo do limite de 20%. A partir de 2015 o indicador retorna para o quadro de indicadores e metas do IDSM junto ao Contrato de Gestão, em atendimento do item 9.1.3 do Acórdão TCU nº 3.304/2014 que determina a SEXEC – MCTI que só celebre Termos Aditivos em 2015 após serem definidos e especificados indicadores, critérios e demais instrumentos para as quatro dimensões previstas na Constituição (eficiência, eficácia, efetividade e economicidade).

Vale informar que são considerados funcionários das atividades fim os pesquisadores, pesquisadores assistentes e extensionistas. São considerados funcionários de apoio os zeladores de flutuantes, marítimos (marinheiros, maquinistas e contramestres), as assessorias (comunicação, jurídica e de relações institucionais), ouvidoria, equipe de informática e biblioteca, que desempenham atividades essenciais para o funcionamento das atividades de pesquisa e extensão.

17.2. Alcançado no ano

Em 2015, o percentual de pessoal administrativo em relação ao total de funcionários do IDSM foi de 13,77%.

Indicador 17	
Descrição	Proporção de Funcionários da Área Administrativa no Total da Equipe do IDSM no Ano (PFAA)
Unidade	%
Tipo	Economicidade
Peso	2
Finalidade	Demonstrar a economicidade do IDSM, uma vez que a estratégia institucional é voltada para usar os recursos financeiros disponíveis para Pessoal preferencialmente custeando pessoas para atuar nas atividades finalísticas, e não para as atividades meio, e assim fazer um uso mais eficiente dos recursos públicos.
Limitações	A direção da instituição tem que ficar atenta para que qualquer nova contratação de pessoal não venha alterar a proporcionalidade requerida pelo indicador.
Aderência ao Macroprocesso	O Desenvolvimento Institucional inclui os esforços da equipe para melhor uso das verbas institucionais e assim garantir a economicidade no uso do recurso.
Aderência ao Objetivo Estratégico	O objetivo estratégico é voltar os recursos financeiros disponíveis para Pessoal, preferencialmente, para custeio de pessoas para atuar nas atividades finalísticas, e não para as atividades meio, e assim fazer um uso mais eficiente dos recursos públicos.
Fórmula de Cálculo	<p>O indicador é expresso em termos percentuais e seu cálculo é feito pela divisão do número de pessoas na área de administração no ano dividido pelo número de funcionários do IDSM no mesmo ano, multiplicado por cem, segundo a fórmula:</p> $PFAA = \frac{NFA}{NTF} \times 100 = \frac{23}{167} \times 100$ <p>Onde: NFA = Número de funcionários administrativos do IDSM ao ano. (23). NTF = Número total de funcionários do IDSM no ano (167)</p>
Fonte da Informação	Registros da Coordenação de Gestão de Pessoal do IDSM.

Meta Pactuada	< 20%	Meta desafiadora devido ao plano de expansão de atividades do IDSM.
Meta Realizada	13,77%	Meta anual atingida, pois as atividades estão paralisadas e o plano de expansão suspenso.

No Quadro 10 a seguir, apresenta-se o histórico dos Indicadores de Desempenho, suas Metas para os anos de 2011, 2012, 2013, 2014 e de 2015, além dos resultados alcançados durante esses anos.

Este quadro demonstra que dos 17 indicadores adotados em 2015, 11 deles foram plenamente alcançados a despeito de todas as dificuldades relatadas. Os 6 indicadores alcançados apenas parcialmente refletiram a falta de recursos financeiros oriundos do contrato de gestão. O desempenho institucional foi profundamente afetado em 2015, e o IDSM continua exposto a grande risco de insolvência, redução aprofundada do quadro de pessoal e mesmo de encerramento definitivo de suas atividades.

Quadro 10 - Histórico do quadro de indicadores e metas

Macroprocesso	Indicador	Unidade	Tipo	Peso	Pactuado / Realizado	Metas/Ano				
						2011	2012	2013	2014	2015
1 - <u>Produção Científica</u> Desenvolvimento de pesquisas para a conservação da biodiversidade e desenvolvimento social na Amazônia	1. Índice Geral de Publicação (IGPub) ou produtos científicos por ano.	N	Efetividade	2	P	0,75	0,80	0,85	0,9	0,95
					R	1,17	0,93	1,78	1	1,1
	2. Índice de Publicações Indexadas (IPub-I) dos pesquisadores do IDSM ao ano.	N	Eficiência	3	P	0,6	0,64	0,66	0,8	0,8
					R	0,6	0,68	1,07	0,8	1,0
	3. Índice de Publicações Indexadas Abrangente (Ipub-IA) de pesquisadores e colaboradores do IDSM ao ano.	N	Eficiência	3	P	0,65	0,68	0,70	0,75	0,86
					R	0,69	0,76	1,09	0,86	1,1
	4. Índice de Publicações não-Indexadas (IPuNI), reunindo todo tipo de produção científica não indexada realizada no IDSM ao ano.	N	Efetividade	2	P	2,5	3,00	3,50	4	3,0
					R	2,0	2,78	3,66	3,02	2,5
	5. Número de eventos de difusão científica promovidos (EDCP) pelo IDSM ao ano.	N	Eficácia	2	P	6	6	6	6	5
					R	6	6	5	3	5
2 - <u>Disseminação Tecnológica</u> Ações para replicação de processos e tecnologias desenvolvidos e/ou testados pelo IDSM para as RDSM e RDSA para outras áreas da Amazônia	6. Número de eventos de disseminação das experiências e melhores práticas do IDSM (EDEMP) ao ano.	N	Eficácia	3	P	4	5	6	7	4
					R	4	5	6	7	1

Macroprocesso	Indicador	Unidade	Tipo	Peso	Pactuado / Realizado	Metas/Ano				
						2011	2012	2013	2014	2015
3 - Manejo Sustentável Desenvolvimento de processos de manejo sustentável de recursos naturais replicáveis dentro e fora das RDSM e RDSA	7. Número Cumulativo de Rotinas de Abordagem elaboradas para diferentes contextos de manejo sustentável de recursos naturais (NCRAb).	N	Eficácia	3	P	4	5	6	7	7
					R	4	5	6	6	7
	8. Índice de Clareiras de Derrubada (ICD) nas áreas de Manejo Florestal Comunitário.	m²/ha	Efetividade	2	P	Abaixo de 360	Abaixo de 350	Abaixo de 340	Abaixo de 340	Abaixo de 340
					R	303,91	-	758,2	677,5	196,3
	9. Número cumulativo de cartilhas sobre uso sustentável de recursos naturais publicadas e aplicadas (NCCPA)	N	Eficácia	2	P	-	-	3	4	4
					R	-	-	3	3	3
	10. Índice de pirarucus manejados nas RDSM e RDSA com tamanho superior ao limite ideal de abate (ITP)	N	Efetividade	2	P	Acima de 0,70	Acima de 0,70	Acima de 0,70	Acima de 0,70	Acima de 0,70
					R	0,75	0,78	0,82	0,85	0,82
4 - Qualidade de Vida Desenvolvimento de processos e tecnologias sociais para contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população ribeirinha replicáveis para outras áreas da Amazônia	11. Índice de comunidades realizando atividades de manejo dos recursos naturais nas RDSM e RDSA (ICRAM)	N	Eficácia	3	P	0,32	0,33	0,34	0,35	0,35
					R	0,32	0,33	0,34	0,35	0,35
	12. Índice de Comunidades Beneficiadas (ICB) nas áreas focais das RDSM e RDSA por experimentos que visam qualidade de vida de seus moradores	N	Eficácia	1	P	0,082	0,109	0,137	0,144	0,164
					R	0,082	0,109	0,137	0,151	0,151

Macroprocesso	Indicador	Unidade	Tipo	Peso	Pactuado / Realizado	Metas/Ano				
						2011	2012	2013	2014	2015
5 - <u>Tecnologias de Gestão</u> Desenvolvimento de processos para gestão participativa da RDSM e da RDSA que possam ser replicadas para outras áreas protegidas	13. Índice de participação de lideranças-ano capacitadas pelo IDSM (IPLC).	N	Efetividade	1	P	0,30	0,35	0,40	0,45	0,45
					R	0,32	0,25	0,24	0,45	0,33
	14. Índice de setores da RDSM e da RDSA nos quais há atuação de Agentes Ambientais Voluntários (ISAAV).	N	Eficácia	2	P	0,8	0,87	0,93	0,95	1,0
					R	0,8	0,87	0,93	1	1,0
6 - <u>Desenvolvimento Institucional</u> Fortalecimento institucional com ampliação da infraestrutura, ampliação do quadro de funcionários, ajustes no PCS e busca de sustentabilidade financeira para o IDSM	15. Alavancagem mínima de recursos fora do contrato de gestão no IDSM (AMRFCG).	N	Eficácia	2	P	Acima de 0,3	Acima de 0,3	Acima de 0,3	Acima de 0,3	Acima de 0,3
					R	0,16	0,29	0,16	0,19	0,61
	16. Taxa de Atraso dos Pagamentos (TAP) do IDSM ao Ano.	Economi- cidade	%	2	P	–	–	–	–	<0,05%
					R	–	–	–	–	1,32%
	17. Proporção de Funcionários da Área Administrativa no Total da Equipe do IDSM ao Ano (PFAA).	Economi- cidade	%	2	P	–	–	–	–	<20%
					R	–	–	–	–	13,77%

6. PLANEJAMENTO E GESTÃO

São apresentadas as informações do planejamento e execução financeira do IDSM em 2015.

Quadro 11. Histórico dos valores repassados pelo Contrato de Gestão ao IDSM

Fonte	2011	2012	2013	2014	2015
MCTI	15.410.776,00	10.357.820,00	10.580.000,00	10.580.000,00	6.585.776,00
FNDCT	-	8.786.955,00	15.471.215,90	10.571.215,90	5.586.383,27
Total Geral	15.410.776,00	19.144.775,00	26.051.215,90	21.151.215,90	12.172.159,27

Quadro 12. Valores repassados ao IDSM pelo Contrato de Gestão em 2015

Fonte	Termo Aditivo	Valor em R\$	Data do T.A.
MCTI	13º	6.585.776,00	01/10/2015
Total		6.585.776,00	
Outras fontes via Contrato de Gestão*	12º	5.586.383,27	08/07/2015
Total outra fonte		5.586.383,27	
Total Geral		12.172.159,27	

* FNDCT

Quadro 13. Conta Bancária do IDSM – Valores do Contrato de Gestão

Banco	Agência	Conta	Saldo em 31.12.2015 (R\$)
Banco do Brasil S/A	0577-0	7892-1	1.921.601,19
Total			1.921.601,19

Quadro 14. Demonstração de Receitas auferidas pelo IDSM em 2015 e anos anteriores

Receitas	2015	2014	2013	2012	2011
Receita Total	18.823.479,15	27.243.888,69	34.621.900,52	31.589.280,00	22.925.286,00
Receitas Contrato de Gestão	12.172.159,27	21.151.215,90	26.051.217,00	23.769.037,00	15.440.000,00
Receitas operacionais*	412.111,92	646.605,04	358.190,78	144.833,00	11.207,00
Prestação de serviços*	1.796.974,58	1.215.810,40	1.014.988,40	846.145,00	810.845,00
Receitas financeiras*	470.261,98	371.851,88	312.519,00	711.509,00	979.007,00
Receitas de Convênios e Contratos Administrativos*	1.935.765,99	1.810.086,68	2.876.759,34	753.932,00	968.087,00
Receitas Alavancadas de Instituições de Financiamento	-	-	-	-	-
Descontos financeiros obtidos	6.657,38	18.771,09	4.795,00	8.927,00	10.988,00
Saldo do Exercício anterior sem o Contrato de Gestão (em 31/12)	2.029.548,03	2.029.547,70	4.003.431,00	5.354.897,00	4.705.152,00

* Estas linhas foram detalhadas na página 56 deste relatório, dentro do indicador de alavancagem 15.

Quadro 15. Saldos Financeiros apropriados como Recursos do Contrato de Gestão

	2015	2014	2013	2012	2011
Saldo Financeiro em 30/06	(4.586.525,25)	2.026.024,70	3.095.424,00	3.206.946,00	4.565.591,60
Saldo Financeiro em 31/12*	2.021.281,28	8.015.956,02	11.025.532,00	10.208.591,00	5.849.239,00

* Saldo financeiro em conta corrente + adiantamentos concedidos + estoque

6.1. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1.1. DEMONSTRAÇÃO DAS DESPESAS DA ENTIDADE

Abaixo estão demonstrados os valores por tipo de despesa, de forma a proporcionar comparação entre os anos de 2015 e de 2014, conforme determinado na Decisão Normativa – TCU nº 127, de 15 de maio de 2013.

Quadro 16. Relatório Comparativo de Despesas de 2015 e 2014 – Em R\$ 1,00

TIPO DE DESPESAS	2015	2014	VARIAÇÃO ENTRE OS ANOS (%)
Aluguéis, Telefone, Água, Luz, etc...	662.904,72	619.165,00	7,06
Aquisição de imobilizado	163.716,01	1.499.482,59	-89,08
Despesas Tributárias	444.034,19	259.769,16	70,93
Diárias e Passagens	380.193,07	1.125.345,41	-66,21
Materiais, Suprimentos e Serviços.	4.105.275,29	6.929.415,90	-40,76
Pessoal	13.780.984,14	14.048.278,46	-1,90
TOTAL	19.537.107,38	24.481.456,52	-20,19

Houve um decréscimo nas principais despesas do IDSM, uma vez que os cortes orçamentários levaram a instituição a readequar seus gastos, suspendendo quase todas as atividades de campo que eram mantidas com recursos do Contrato de Gestão. Contudo, mesmo com adoção desta estratégia, ainda assim, os cortes trouxeram consequências graves. Houve a suspensão de vários trabalhos de pesquisas, redução do quadro de pessoal e os atrasos nos pagamentos de tributos, o que gerou um custo alto com multas afetando diretamente o resultado do indicador 17. Pode-se notar no quadro acima uma importante redução nos custos de aquisição de imobilizado, diárias e passagens, materiais, suprimentos e serviços, e mesmo em pessoal. Tudo isto demonstra a forte redução das atividades do Instituto em 2015. Ressalte-se que pelo terceiro ano consecutivo, não houve adequações ou reajuste à tabela de salários do Plano de Cargos e Salários (PCS), devido a restrições financeiras, e nem aumento no número de vagas no quadro de contratações.

Vale lembrar que o Contrato de Gestão é a única fonte de recursos comprometida com custos de pessoal e manutenção da OS. O IDSM continua buscando recursos financeiros externos para investimento e custeio das suas atividades fim. Estas propostas encontram-se relacionadas no apêndice 6.

Quadro 17. Plano de Ação do IDSM pactuado com o MCTI para execução em 2014 (R\$ 1,00)

MACROPRO- CESSOS	AÇÕES	PESSOAL		PESSOA FÍSICA		PESSOA JURÍDICA		DIÁRIAS, PASSAGENS E AJ. DE CUSTO		MATERIAIS E SERVIÇOS (CUSTEIO)		CAPITAL (INVESTIMENTO)		SALDO DA AÇÃO
		Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	
1. PRODUÇÃO CIENTÍFICA	1.1. Desenvolvimento de pesquisas e monitoramento pelos GP's do IDSM.			655.313,05	589.781,75	54.331,20	48.898,08	70.473,20	63.425,88	1.188.375,35	1.069.537,82	212.364,30	191.127,87	215.085,71
	1.2. Realização/Participação de eventos científicos pelos GP's e DTC			-	-	23.955,40	21.559,86	29.711,50	26.740,35	70.000,00	63.000,00	1.348,90	1.348,90	12.366,69
	1.3. Manutenção de Acervo Biológico, Arqueológico e Etnológico			15.710,10	14.139,09	10.656,10	9.590,49	9.076,20	8.168,58	-	-	9.956,10	8.960,49	4.539,85
	1.4. Publicação e difusão de resultados das pesquisas desenvolvidas			-	-	95.200,00	85.680,00	-	-	70.000,00	63.000,00	-	-	16.520,00
	1.5. Manutenção da biblioteca e crescimento de acervo bibliográfico			12.366,90	11.130,21	-	-	-	-	8.633,10	7.769,79	9.100,00	8.190,00	3.010,00
	1.6. Apoio aos programas PIBIC Jr. e PIBIC Sr.).			-	-	11.200,00	10.080,00	14.000,00	12.600,00	-	-	6.752,10	6.076,89	3.195,21
	1.7. CEVA - Apoio à rede de pesquisa e manejo sustentado da pesca, répteis e crustáceos.			10.740,80	9.666,72	-	-	8.570,80	7.713,72	120.688,40	108.619,56	-	-	14.000,00
	1.8. CEVA - Apoio à rede de pesquisa e biotecnologia reprodução de espécies ameaçadas.			13.139,70	11.825,73	-	-	8.796,20	7.916,58	90.064,10	81.057,69	-	-	11.200,00
	1.9. CEVA - Apoio à rede de pesquisa em ecologia de florestas da calha central			13.440,00	12.096,00	53.822,30	48.440,07	-	-	44.037,70	39.633,93	-	-	11.130,00
	1.10. CEVA - Apoio à rede de pesquisa em conservação e manejo ecossistemas de várzea.			68.061,70	61.255,53	-	-	-	-	61.056,10	54.950,49	3.882,20	3.493,98	13.300,00
	1.11. Projetos estruturantes (Links Wireless, Casa de Vegetação, SIG e etc).			7.000,00	6.300,00	11.200,00	10.080,00	3.595,90	3.236,31	70.000,00	63.000,00	210.000,00	189.000,00	30.179,59
2. DISSEMINAÇÃO TECNOLOGICA	2.1. Centro Vocacional Tecnológico (CVT) - Tecnologias sociais na várzea amazônica.			196.000,00	176.400,00	49.000,00	44.100,00	115.640,00	104.076,00	105.840,00	95.256,00	13.720,00	12.348,00	48.020,00
	2.2. Intercâmbios experiências e potenciais beneficiários destas tecnologias.			12.250,00	12.250,00	26.950,00	24.255,00	11.760,00	10.584,00	6.076,00	5.468,40	3.920,00	3.528,00	4.870,60
	2.3. Execução de 26 projetos de conclusão de curso do CVT			56.250,00	-	-	-	-	-	112.500,00	-	78.200,00	-	246.950,00
3. MANEJO SUSTENTÁVEL	3.1. Cursos de capacitação p/ manejadores sobre uso sustentado dos recursos naturais.			12.299,00	11.069,10	64.292,90	57.863,61	31.752,00	28.576,80	34.006,00	30.605,40	-	-	14.234,99
	3.2. Apoio ao plano de transferências de gestão da Pousada Uacari.			112.700,00	101.430,00	176.400,00	158.760,00	112.700,00	101.430,00	127.400,00	114.660,00	53.900,00	48.510,00	58.310,00
	3.3. Finalização do Protótipo da PLANTAR para apoio a manejadores de recursos naturais e para produção sustentável de produtos de origem animal em condições sanitárias adequadas			13.500,00	-	26.800,00	-	17.500,00	-	87.500,00	-	67.700,00	-	213.000,00

MACROPROCESSOS	AÇÕES	PESSOAL		PESSOA FÍSICA		PESSOA JURÍDICA		DIÁRIAS, PASSAGENS E AJ. DE CUSTO		MATERIAIS E SERVIÇOS (CUSTEIO)		CAPITAL (INVESTIMENTO)		SALDO DA AÇÃO
		Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	
4. QUALIDADE DE VIDA	4.1. Adaptar e testar tecnologias adequadas a comunidades ribeirinhas amazônicas.			115.150,00	103.635,00	133.770,00	120.393,00	120.148,00	108.133,20	215.600,00	194.040,00	3.332,00	2.998,80	58.800,00
	4.2. Monitorar a qualidade de vida das comunidades apropriação de tecnologias.			3.430,00	3.087,00	-	-	12.755,68	11.480,11	-	-	2.695,87	2.426,28	1.888,16
	4.3. Transferência e teste de cinco protótipos da Fábrica de Gelo Solar em comunidades ribeirinhas do Médio Solimões			12.500,00	-	50.000,00	-	12.500,00	-	55.000,00	-	120.000,00	-	250.000,00
5. TECNOLOGIAS DE GESTÃO	5.1. Capacitação de lideranças comunitárias e gestão participativa.			5.880,00	5.292,00	-	-	-	-	108.681,36	97.813,22	11.760,00	10.584,00	12.632,14
	5.2. Articulação política de lideranças comunitárias.			15.680,00	14.112,00	11.760,00	10.584,00	11.760,00	10.584,00	53.900,00	48.510,00	9.412,75	8.741,48	9.981,27
	5.3. Apoio ao sistema comunitário de proteção (vigilância e controle).			-	-	-	-	-	-	98.000,00	88.200,00	9.442,30	8.498,07	10.744,23
6. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	6.1. Custo administrativo básico (água, luz, telefone, suprimentos, etc...)			-	-	404.897,11	-	-	-	-	-	-	-	404.897,11
	6.2. Ações do Comitê Interno de Prevenção de Acidentes – CIPA			5.000,00	-	-	-	-	-	5.000,00	-	2.395,00	-	12.395,00
	6.3. Manutenção e conservação de infraestrutura (flutuantes, bases de campo e prédios)			20.000,00	-	50.000,00	-	20.000,00	-	80.000,00	-	30.709,32	-	200.709,32
	6.4. Manutenção e conservação veículos e máquinas (embarcações, carros e geradores)			20.000,00	-	200.000,00	-	20.000,00	-	130.000,00	-	70.818,40	-	440.818,40
	6.5. Manutenção Sede (limpeza, segurança, serviços de informática, seguros, etc...)			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	6.6. Expedições de campo (linhas de transportes para as bases de campo)			45.000,00	-	-	-	-	-	250.000,00	6.618,07	971,08	-	289.353,01
	6.7. Reformas prediais, consertos e ajustes na infraestrutura em geral.			-	-	-	-	-	-	-	-	100.000,00	-	100.000,00
	6.8. Programa de capacitação e gestão de pessoal.			-	-	5.000,00	-	2.000,00	-	9.100,00	-	-	-	16.100,00
7. PESSOAL	7.1. Pagamento de salários e encargos mensais no segundo semestre de 2015	8.404.935,09	5.114.885,09											3.290.050,00
	7.2. Saldo financeiro repactuado para primeiro semestre 2015	8.015.956,00	8.015.956,00											-

DEMONSTRAÇÃO DAS DESPESAS DO IDSM

A seguir são apresentados os dados conforme a Decisão Normativa nº 127, de 15 de maio de 2013, onde são demonstradas as peculiaridades da força de trabalho do IDSM durante o ano de 2015.

Quadro 18. Força de Trabalho do IDSM em 2015

DESCRIÇÃO	NÚMERO
GESTÃO	09
Diretor Geral**	01
Diretores Adjuntos**	03
Assessores da Diretoria Geral	05
ATIVIDADES MEIO	148
Auxiliares técnicos	83
Marítimos	10
Técnicos administrativos	39
Técnicos Operacionais	02
Técnicos de informática	12
Bibliotecárias	02
ATIVIDADES FIM	280
Alunos de iniciação científica	58
Assistentes de Pesquisa	09
Bolsistas*	115
Estagiários	12
Extensionistas	45
Pesquisadores	19
Alunos de pós-graduação	16
Pesquisador Associados	06
TOTAL	437

*34 são bolsistas DTI/PCI (MCTI), e os demais são apoiados pela FAPEAM, CNPq, BNDES e IDSM.

**03 dos membros da diretoria são também pesquisadores.

É sempre importante esclarecer que o conceito de força de trabalho não reflete exclusivamente o número de pessoas efetivamente alocadas nas atividades institucionais. Ele computa cumulativamente todos os indivíduos que, ao longo do ano de análise, fizeram parte, ainda que por poucos dias, das equipes de trabalho. Assim pessoas que deixaram as equipes, pessoas que acabaram de ser incorporadas e os colaboradores correntes, todos são somados para refletir a força de trabalho da instituição no período.

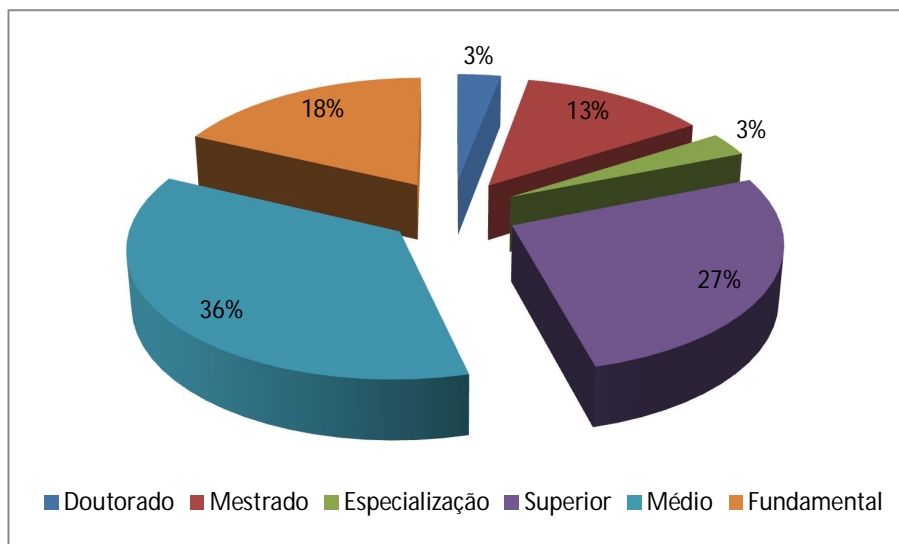


Figura 2. Força de trabalho do IDSM por escolaridade.

6.2.1. Custos associados à manutenção dos recursos humanos do IDSM

Atendendo ao disposto na portaria 967 de 21/12/2011 e na portaria 777 de 31/10/2012, o quadro 19, traz o detalhamento mensal e anual dos valores pagos aos empregados. É demonstrado que os custos com Pessoal extrapolaram o limite de 60% dos valores recebidos em 2015. Este foi um reflexo da redução dos recursos transferidos no ano.

Sempre houve grande imprevisibilidade quanto ao valor efetivo das transferências de recursos do MCTI para o IDSM. Desde 2013 uma importante defasagem pode ser detectada entre o que havia sido pactuado no contrato de gestão e o que foi efetivamente transferido ao Mamirauá. Esta imprevisibilidade impede que se conheçam a priori quais os recursos que poderão ser utilizados no ano para pagamento de pessoal. Em 2015 esta tendência se aprofundou fortemente. E isto explica porque o limite foi ultrapassado. No passado foi sugerida a alteração da cláusula do Contrato de Gestão para “valores pactuados”, em lugar de “valores transferidos”. Além deste problema, consideramos mais relevantes os contingenciamentos e limitações financeiras de toda ordem, que limitaram a transmissão dos recursos previstos nos contratos.

Em anos anteriores, estas questões foram previstas e contornadas com a ajuda da SCUP. Todavia, em 2015, o corte de mais de 55% dos recursos previstos no contrato não pode ser contornado. Desta forma, após 14 anos de Contrato de Gestão o limite acordado foi ultrapassado mesmo tendo sido canceladas todas as contratações previstas para o ano, dispensado um contingente importante de pessoas, cancelado reajustes por promoções e progressões, e suspenso todas as gratificações de função.

Quadro 19. Detalhamento mensal e anual dos valores pagos aos empregados do IDSM no Ano de 2015 – Regime de Caixa

MÊS DA FOLHA	SALÁRIO DOS EMPREGADOS E DIRIGENTES	GRATIFICAÇÃO	FÉRIAS	RESCISÃO	TOTAL DE REMUNERAÇÃO PAGO	ENCARGOS TRABALHISTAS					SEGURO VIDA	PLANO SAÚDE	VALE TRANSP.	SOMA TOTAL
						INSS	FGTS	PIS	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	IR - RETIDO NA FONTE				
JANEIRO	7.199,69		31.945,00	7.359,13	46.503,82	251.798,39	7.155,84	7.733,41	82,13	106.477,03		9.211,10	326,40	429.288,12
FEVEREIRO	459.883,50	42.175,92	41.109,00	4.944,69	548.113,11	258.191,32	65.247,35	7.961,06	82,13	75.180,52	6.692,78		422,40	961.890,67
MARÇO	1.040.445,56	101.719,66	43.754,00	5.025,29	1.190.944,51	250.272,49	64.358,01	7.713,84		81.903,36	6.420,05	18.526,00	192,00	1.620.330,26
ABRIL	533.842,86	54.483,20	64.069,00	18.123,81	670.818,87	257.822,08	66.764,38	7.961,48	23.915,44	88.717,38	6.646,67	9.144,12		1.131.490,42
MAIO			71.554,00	29.996,66	101.550,66		67.878,89						205,20	169.634,75
JUNHO	508.522,40	52.321,44	12.359,00		573.202,84		65.005,84						248,20	573.451,04
JULHO	1.120.734,68	105.943,72	62.858,00	67.610,98	1.357.147,38	791.061,15	166.614,05	24.353,70	1.232,10	259.558,73	20.516,73	27.837,65	227,00	2.648.548,49
AGOSTO	528.550,13	53.185,88	50.480,00	12.313,92	644.529,93	258.409,91	65.272,97	7.940,26	-	91.271,10	6.657,05	-	226,80	1.074.308,02
SETEMBRO	520.753,88	52.518,43	20.963,00	4.876,66	599.111,97	257.652,16	62.559,98	7.790,34	-	84.841,94	6.638,20	9.446,33	226,80	1.028.267,72
OUTUBRO	529.250,00	54.527,62	43.836,00	29.749,08	657.362,70	248.566,04	77.046,30	7.487,29	260,70	77.620,15	6.411,07	18.463,32	216,00	1.093.433,57
NOVEMBRO	537.355,78	1.036,50	39.925,00	137.477,22	715.794,50	-	184.965,37	7.387,38	82,13	-	6.409,40	9.208,27	151,20	923.998,25
NOVEMBRO 1º PARC. 13º	303.324,50	1.036,50			304.361,00	-	24.348,88	-	-	-	-	-	-	328.709,88
DEZEMBRO	488.287,39	310,95	41.829,00	16.453,83	546.881,17	-	69.050,31	6.986,31	-	-	5.813,99	8.329,46	216,00	637.277,24
DEZEMBRO 2º PARC. 13º	201.555,52				201.555,52									201.555,52
TOTAL GERAL	6.779.705,89	519.259,82	524.681,00	333.931,27	8.157.577,98	2.573.773,54	921.262,33	93.315,07	25.654,63	865.570,21	72.205,94	110.166,25	2.658,00	12.822.183,95

Memória de Cálculo	
Repasso do Contrato de Gestão	12.172.159,27
Soma total	12.172.159,27
Limite anual gastos com pessoal em 2015 (60%)	7.303.295,56
Média do limite mensal de gastos com pessoal	608.607,96
Gastos efetivos com pessoal em 2015	14.136.979,35
Encargos trabalhistas em aberto outubro a dezembro/2015 e 13º salário 2015	1.314.795,40

Atualizado dia 11/01/2016

NOTA: NOTA EXPLICATIVA: O valor real de gastos com pessoal realizados em 2015 totaliza **R\$ 14.136.979,35**. O valor pactuado no contrato de gestão para desembolso em 2015 seria de R\$ 27.250,535, porém tivemos cortes e os valores acordados nos termos Aditivo 12º, 13º e 14º para desembolso em 2015 totalizam R\$ 16.172.159,27, estando pendente de repasse o valor de R\$ 4.000.000,00, referente ao 14º termo aditivo. Devido ao contingenciamento ocorrido, o limite de 60% de gastos com pessoal e encargos trabalhistas ficou seriamente comprometido, o que acarretou na extrapolação do limite de gastos com pessoal. Para cumprir com suas obrigações trabalhistas o IDSM utilizou todo o saldo financeiro de 2014, inclusive Reserva Técnica que é destinada à finalização de contratos trabalhistas, encerrando o ano com um déficit de encargos trabalhistas em aberto referente ao período de outubro a dezembro/2015 e 13º/2015 totalizando R\$ 1.314.795,40.

Quadro 20. Valores de Reserva Técnica pactuados com Recursos do Contrato de Gestão

	2015	2014	2013	2012	2011
Reserva Técnica	5.871.989,95	6.415.532,00	3.098.100,00	887.755,78	2.147.108,51

Quadro 21. Descrição da Destinação prevista dos recursos da Reserva Técnica

Destino dos recursos	2015	2014	2013	2012	2011
I - Custeio das atividades básicas da OS	-	-	-	-	1.347.108,51
II - Pagamento de contratos ou direitos trabalhistas, em casos não previstos.	5.520.000,00	4.610.000,00	3.098.100,00	887.755,78	-
III - Outros gastos em atividades de relevante interesse para os objetivos do Contrato de Gestão	-	-	-	-	800.000,00
Total da reserva utilizada	5.520.000,00	4.610.000,00	3.098.100,00	887.755,78	2.147.108,51